



Gazeta das Aldeias

N.º 2670

1 DE SETEMBRO DE 1970



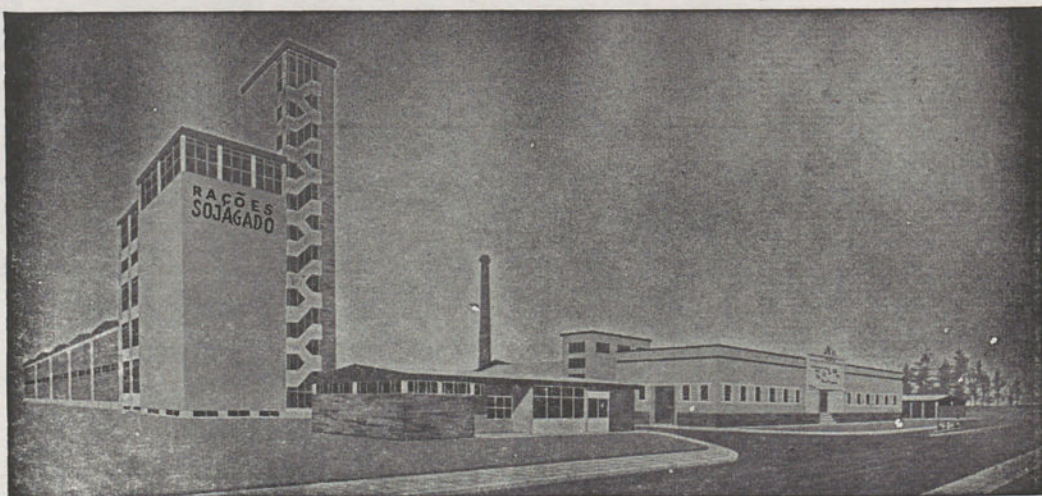
Sala _____
Est. _____
Tab. _____
N.º _____

ALIMENTOS COMPOSTOS



SOJAGADO

PORTO — OVAR — LISBOA



INSTALAÇÕES FABRIS DE OVAR



PGS

Os motocultores mais versáteis e adaptados às condições do País

Modelos de 10, 18 e 20 HP com alfaia para os diferentes trabalhos, incluindo reboques, com tracção independente, que atingem elevada velocidade em estrada.

Simplicidade de manejo, economia e robustez.

Larguras reguláveis para maior eficiência e rendimento.

Os motocultores que, diminuindo as despesas, aumentam os lucros.

Assistência técnica assegurada em qualquer ponto do país.

SOLICITA INFORMAÇÃO COMPLETA DO MODELO: _____

Nome _____
Morada _____

corte e envie - nos colado num postal



J. J. GONÇALVES, SUCRS. S.A.R.L. ao serviço da lavoura

DIVISÃO AGRÍCOLA • R. Alexandre Braga, 36 - PORTO - Telef. 22868

Snrs. Vinicultores:

tenho para entrega imediata e aos
melhores preços do mercado:

Acido Cítrico e Tartárico, Acido
Sórbico, Acido Ascórbico, Ani-
drido Sulfuroso, Barro Espanhol,
Bentonite, Carbonato de Sódio,
Carbozone (envelhecador de vinhos),
Carvão Vegetal Descorante,
Fosfato de Amónio, Glutofix K (cola para rótulos) Goma Laca, Grisiron
(descorante e desinfectante de vasilhas), Leveduras Seleccionadas, Mastic Fran-
cês, Mechas de Enxofre em pastilhas, Metabissulfito de Potássio em cristais,
pó e pastilhas, Parafina Refinada, Permanganato de Potássio, Sêbo de
empostigar, Solução de Anidrido Sulfuroso a 6%, Trosilina Bayer, **ENOTA-
NINO APPERT**, o Tanino mais puro existente no mercado, Tanino puro
pelo álcool, etc., etc., bem assim: Aparelhos de Laboratório **DUJARDIN-
SALERON E HEBEL** (Glucómetros, Mostímetros, Pesa-mostos, Termómetros de
Fermentação para Lagar, etc.), Filtros, Bombas de Trasfega, Amiantos, Placas
e todo o Material da consagrada marca **SEITZ-WERKE**.

PEDIDOS A: **António G. Pinto de Freitas**

Rua Saraiva de Carvalho, 41 a 47 — PORTO — Telefones: 27350 e 36712

REPRESENTANTE EXCLUSIVO para o território português da fábrica
HERMANN KRONSEDER — MÁQUINAS DE ROTULAR ALEMÃS

A C E R V E J A



FAZ

BOA COMPANHIA

Colha a **UVA** no momento próprio, determinando-o por meio de um



Refractómetro

operação fácil e económica

acal

— *Alvenida Rodrigues de Freitas, 68 — PORTO*

porque
emprego eu adubos compostos CUF?**



- * porque
os adubos compostos CUF granulados foram racionalmente estudados e são fabricados por modernos processos
- * porque
são rigorosamente garantidos no que se refere à composição
- * porque
devido à sua impecável granulação e alta concentração consigo uma boa distribuição e fácil transporte
- * porque
encontro sempre uma fórmula conveniente para cada tipo de solo e cultura



COMPANHIA UNIÃO FABRIL
100 anos ao serviço da lavoura



Filtros * Bombas * Rolhadores * Máquinas de gaseificar * Máquinas de encher * Saturadoras * Mangueiras de borracha e de plástico, etc., etc.

Sociedade de Representações Guipeimar, L.da

Rua de Rodrigues Sampaio, 155-1.º
PORTO

Telefs. 28093
35173

3876

Cruz, Sousa & Barbosa

LIMITADA

Papéis e
Máquinas Gráficas

Rua D. João IV, 567-2.º — PORTO
Telefs. 27656 e 27657

Contra a
papeira
use

"PLOUGH"

Também
utilizável
no gado bovino



Para
marcar
os seus
carneiros
use

"LANOBRAND"

REPRESENTANTES 1369

COLL TAYLOR, LDA.

R. Douradores, 29-1.º — LISBOA

SEMENTES

1862

ALÍPIO DIAS & IRMÃO recomendam aos seus Amigos e Clientes, que nesta época devem semear as seguintes variedades:

Alfagos, Beterrabas, Couves diversas: Couve flores, Couves bróculos, Penco de Chaves, Penco de Mirandela, Penco da Póvoa, Repolhos, Tronchuda, Espinafres, Rabanetes, assim como: Azevém, Erva molar, Lucernas, Lawn-grass, Ray-grass, Trevos, etc., etc. e ainda uma completa coleção de Flores.

Se deseja SEMEAR E COLHER dê preferência às sementes que com todo o escrúpulo lhe fornece a

"SEMENTEIRA" de Alípio Dias & Irmão

Rua Monsinho da Silveira, 178 — Telefones 27578 e 33715 — PORTO
CATÁLOGO — Se ainda não possui, peça-o
que lhe será enviado gratuitamente

N. B. — Preços especiais para revenda



POR QUE É
QUE OS HOMENS
COM UMA VONTADE
MAIS FORTE
DE PROGREDIR

USAM **ASPOR?**



Todos queremos progredir. Todos queremos uma vida melhor. Uns conseguem-na. Outros não. É que há homens com uma vontade mais forte. Homens que vão longe. Esses preferem Aspor. O Aspor dá cabo do mildio. É eficaz, persistente, económico. Com Aspor—as suas vinhas são mais sãs, mais fortes! Com Aspor—uvas fartas, pipas cheias, lucros graúdos! Use Aspor e viva melhor!

ASPOR MAIS FORTE QUE O MÍLDIO MAIS FORTE



ANTES DE USAR LEIA O ROTULO

Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes

EDITAL CADASTRO VITÍCOLA

Com a finalidade de promover a defesa da tipicidade dos vinhos regionais e sua consequente valorização foi promulgado em 10 de Agosto de 1967 o Decreto-Lei n.º 47 839, que manda executar o cadastro vitícola, a começar pelas Regiões Demarcadas que ainda não disponham de tão importante instrumento de informação.

Por despacho de 29 de Junho de 1970 de Sua Excelência o Secretário de Estado da Agricultura foi determinado que a 1.ª fase da operação cadastral — **Declaração de Propriedade de Vinha** — se continue na Região Demarcada dos Vinhos Verdes **no distrito do Porto**, exceptuando os concelhos do Porto e Vila Nova de Gaia, **nos concelhos de Cinfães e Resende**, exceptuando neste a freguesia de Barrô, **do distrito de Viseu** e **nos concelhos de Arouca, Castelo de Paiva e Vale de Cambra** e ainda na freguesia de Ossela do concelho de Oliveira de Azeméis do distrito de Aveiro.

Assim, avisam-se todos os proprietários de vinhas do distrito do Porto, exceptuando os concelhos do Porto e Vila Nova de Gaia, dos concelhos de Cinfães e Resende, exceptuando neste a freguesia de Barrô, do distrito de Viseu, e dos concelhos de Arouca, Castelo de Paiva e Vale de Cambra e ainda da freguesia de Ossela do concelho de Oliveira de Azeméis do distrito de Aveiro que devem **obrigatoriamente** fazer a **Declaração de Propriedade de Vinha** a que se refere a alínea a) do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 47 839, **no prazo de 90 dias** a contar do **dia 15 de Agosto de 1970**, em continuação da 1.ª fase já efectuada no distrito de Viana do Castelo e em curso no distrito de Braga e nos concelhos de Mondim de Basto e Ribeira de Pena do distrito de Vila Real.

A declaração será feita **obrigatoriamente** para cada vinha, em impresso que será posto à disposição dos proprietários pela Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes ou seus delegados.

Todos os esclarecimentos necessários ao correcto preenchimento dos impressos poderão ser obtidos junto dos delegados que, para o efeito, esta Comissão de Viticultura designará nas diversas freguesias.

Porto, Agosto de 1970

A COMISSÃO EXECUTIVA

SUMÁRIO

Cadastro vitícola	617
A luta do homem contra a Natureza — Prof. C. M. Baeta Neves	618
Ano Europeu da Conservação da Natureza	622
Assistência financeira à Agricultura — Eng. Agrónomo Artur Augusto da Silva Poço	623
Apontamento florestal — O consumo europeu de produtos lenhosos industriais — 1950-2000 — M. A.	628
Alguns aspectos, no fabrico dos vinhos tintos — Eng. Agrónomo H. Bonifácio da Silva	629
Achegas para um plano de ordenamento rural — Arquitecto J. Pinto Machado	632
Estação de Fruticultura — Setúbal — Serviço de Informações Citricolas	633
Aspecto Económico da Bovinicultura no Baixo-Alentejo — Eng. Agrónomo Amadeu da Silva Ferreira	635
Trabalhos em Setembro	640
Temas de Enologia — Enólogo Nobre da Veiga	643
Notícias lá de fora — Compilação de José Luis Pessoa da Graça	647
Caça e Pesca — Codornizes no Norte — Almeida Coquet	649

SERVIÇO DE CONSULTAS

— Agricultura	652
— Fruticultura	653
— Viticultura	654
— Patologia Vegetal e Entomologia	654
Informações	655

A NOSSA CAPA



Bovinos de criação em regime manadio — satisfeita a sede o gado dirige-se novamente para a pastagem sob o coberto do montado de azinho

(Ver artigo a pág. 635)

ASSINATURAS

Ano	100\$00
Semestre	55\$00
Número avulso	5\$00
Estrangeiro (Excepto Espanha) — mais	50 %

Visado pela Comissão de Censura

Gazeta das Aldeias

Fundada por *Julio Gama*

REVISTA QUINZENAL DE PROPAGANDA AGRÍCOLA

DIRECTOR

AMÂNDIO GALHANO

Engenheiro Agrónomo

EDITOR JOAQUIM A. DE CARVALHO

Propriedade da Gazeta das Aldeias (S. A. R. L.) • Redacção e Administração: Av. dos Aliados, 66 — PORTO

Telegramas: GAZETA DAS ALDEIAS — PORTO • Telefones: 25651 e 25652

Composto e impresso na TIPOGRAFIA MENDONÇA (Propriedade da GAZETA DAS ALDEIAS)
Rua Jorge Viterbo Ferreira, 12-2.º — PORTO

CADASTRO VITÍCOLA

PUBLICA-SE hoje o edital da Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes anunciando a extensão da *Declaração de Propriedade de Vinha* aos concelhos dos distritos do Porto, Viseu e Aveiro que fazem parte daquela zona demarcada.

Para quantos olham os problemas da vinha com esclarecido critério, ou somente são pensamento, esta fase inicial do *Cadastro Vitícola* é motivo de regosijo e esperança numa planificação segura e fundamentada no mais sólido dos alicerces — o inventário da vinha — pois que o cadastro mais não é que um inventário do que existe.

Dele é que se poderá partir para um verdadeiro condicionamento da cultura e nele se apoiarão todas as medidas conducentes a uma prosperidade económica e à defesa da qualidade do vinho.

Pena é que, de início e para já, só esteja previsto cadastrar as vinhas que constituem as regiões demarcadas, pois se nestas o cadastro é imprescindível e é, por assim dizer, intrínseco do conceito de demarcação, não é menos necessário nas zonas de vinhos sem denominação de origem que com maior volume concorrem para a produção nacional e que, portanto, maior influência tem sobre o mercado. Daí o considerar-se incompleto todo o cadastro que não abranja toda a vinha metropolitana, continental e insular.

Alguns, felizmente poucos, por incompreensão ou maldade, são relapsos à colaboração pedida. Como se o cadastro vitícola fosse invenção recente e só nossa, ou acto avulso e impensado.

O mais perfeito, mais completo e talvez mais antigo cadastro vitícola que se conhece é o da Região Demarcada do Douro e é com base nesse inventário e na classificação das vinhas produtoras, que foi e é possível definir a política de intervenção e apoio à viticultura do Vinho do Porto.

Organismos internacionais insistentemente preconizam a efectivação do cadastro. Está nesse caso, entre outros, o Office International de la Vigne et du Vin, que reúne já hoje perto de 30 países nos quais se incluem quase todos os da bacia mediterrânica como Portugal, Espanha, França, Itália, Jugoslávia, Grécia, Turquia, Israel, Chipre, mas também a Tunísia, Marrocos e até a Argélia. Dele fazem ainda parte a Suíça, Bélgica, Austria, Alemanha Ocidental, Luxemburgo,

(Continua na pág. n.º 648)



A LUTA DO HOMEM CONTRA A NATUREZA

Pelo Prof. C. M. BAETA NEVES
Engenheiro Silvicultor

DESDE o aparecimento do Homem na Terra, até cerca de 7000 anos antes de Cristo, a sua maneira de viver resumia-se à luta pela existência, procurando da forma mais primitiva dar satisfação às necessidades essenciais, tal como qualquer outra espécie animal das comunidades de que fazia parte.

Embora como características e hábitos próprios, em progressiva evolução, à sua presença não correspondiam nessa altura quaisquer perturbações, nomeadamente malefícios para a Natureza; fazendo parte da representação desta última em cada local, vivia integrado nela da forma mais equilibrada e harmoniosa.

Sendo as necessidades alimentares as mais prementes, foram certamente estas as que dominaram nas suas preocupações instintivas e, até onde se pode concluir da documentação existente, aliás com grande verossimilhança, foi através da

caça, da pesca, da colheita de frutos e raízes comestíveis e da antropofagia que lhe foi possível ir dando-lhes satisfação durante toda a sua existência mais remota.

Por volta dos 7000 anos antes de Cristo, em data aliás variável de região para região mas sempre milhares de anos antes do início da era cristã, o Homem passa a criar as plantas e os animais julgados na altura mais úteis para produzirem o indispensável alimento e alguns materiais para fins diversos, nomeadamente para seu agasalho.

Surgem assim a Agricultura e a Pastoreira; surge aquilo a que se chama a *Revolução agrícola*, acontecimento designado como tal por ter sido tão profunda e significativa a alteração de hábitos que dela resultaram.

O Homem, de simples elemento da comunidade, vivendo na sua completa dependência, satisfazendo as suas neces-

sidades à maneira de qualquer outro animal quase só pelo instinto, passa a procurar dominar a Natureza, tirando partido dos recursos que esta lhe oferece no sentido de comandar a produção dos seus alimentos.

O Homem que até então se mantinha ainda muito preso à sua origem simiesca, tanto morfológicamente como em hábitos, utilizando a inteligência ao lado do instinto, ultrapassa assim, de forma espectacular, revolucionária como disse, a primeira fase da sua existência.

E foi nesta altura que começou o início da luta contra a Natureza; luta de início muito moderada e localizada, mas a pouco e pouco cada vez mais feroz e generalizada; luta que chegou até aos nossos dias e vai a caminho do próprio extermínio da Humanidade; luta que hoje se pode dizer de vida ou de morte e na qual passamos a estar todos nós envolvidos e interessados portanto no seu evoluir; luta na qual devemos intervir no sentido de procurar atenuar as suas trágicas consequências no presente e evitar as do futuro que tão aceleradamente se aproximam.

As armas que o Homem de início utilizou foram apenas, pode dizer-se, o ferro e o fogo; descobertos um e outro, passou a dispor, apesar da modéstia da população humana então existente e da limitação com que empregava essas duas tão preciosas como perigosas armas, de um potencial de destruição extraordinário.

A descoberta do arado também deve ser assinalada não só como contemporânea mas também como arma igualmente usada pelo Homem agricultor, e tanto pelos benefícios que ofereceu como pelos malefícios a cuja origem está ligada.

O problema que se foi pondo à Humanidade à medida que ela foi evolucionando, desde os tempos dos seus modestíssimos representantes em número e conhecimentos, dispersos por diversos núcleos, era o de ir conquistando à vegetação natural, à floresta em particular, o espaço indispensável para ir alargando as áreas dedicadas à Agricultura e à Pastorícia, embora esta última aproveitasse, tanto quanto as circunstâncias lhe permitiam, as pastagens naturais.

A evolução foi lenta, mas sempre efectiva. Até ao século XVIII, altura em que surge uma nova e profunda transformação dos hábitos de vida da sociedade humana, uma nova revolução, a *Revolução industrial*, a Agricultura foi a actividade dominante, a preocupação fundamental, ainda que ligada a ela, ou a par dela, tivessem surgido outras modalidades de actividade como o comércio.

A pouco e pouco, à medida que a população humana ia aumentando e que os problemas da defesa dos seus componentes e dos seus bens iam nascendo e agravando-se, foram surgindo os agregados populacionais, até à fundação de cidades cada vez mais numerosas e amplas na área ocupada, e complexas no seu viver.

A caça e a pesca sofreram ao longo desses muitos séculos de evolução alterações mais ou menos profundas; a caça foi evoluindo para a sua forma desportiva, e ainda que constituindo uma fonte indispensável de proteínas para alguns povos actuais, nos mais evoluídos passou a ser um acessório, obtido a troco de um prazer, o desporto venatório.

A pesca, inicialmente feita nas águas interiores, passou a pouco e pouco a abranger cada vez maior área dos oceanos, a princípio no litoral de cada país costeiro, e mais tarde na sua vastidão imensa.

Durante todos esses séculos que decorreram desde 7000 anos antes de Cristo até ao século XVIII da era cristã, longo período de tempo da história da Humanidade, geraram-se inúmeros problemas resultantes do desenvolvimento da Agricultura, sua causa directa ou remota.

Não teriam tido em cada época os povos que lhe sofreram as trágicas consequências a noção dos males a que iam dando origem; na maior parte das vezes foi atribuído à ira dos Deuses aquilo que só ao próprio Homem se devia.

Era difícil estabelecer a relação da causa ao efeito; e quando alguém, com maior argúcia, mais demorada observação ou maior experiência o fazia, nem sempre a sua opinião era aceite, quando não contestada e, até, combatido ou castigado.

A revolução agrícola foi-se generali-

zando a pouco e pouco a todo o Mundo e embora alguns povos ainda se mantenham nos seus primórdios, não saindo dos primeiros passos, dada a modéstia dos seus recursos e limitados pelas condições do meio, outros atingiram as mais avançadas fronteiras das Ciências e Técnicas agrárias, utilizando-as de forma a tirar do solo o seu máximo rendimento, embora muitas vezes à custa de um afastamento cada vez maior da Natureza.

A revolução industrial veio contudo contrariar em parte essa evolução; parte da população virou as costas à Agricultura, preferiu a fábrica e a cidade na vizinhança da qual a indústria se foi desenvolvendo; preferiu o certo pelo incerto; a convivência da sociedade citadina pelo isolamento no campo; a diversão fácil pela monotonia quotidiana.

Sendo a população activa do Mundo dedicado à Agricultura em 1750, cerca de 80 o/o, em 1950 já era só 60 o/o, e a tendência para diminuir acentuou-se cada vez mais de então para cá ⁽¹⁾.

A História da Humanidade assinala assim o início de uma nova era, a qual embora tivesse trazido grandes benefícios não deixou contudo de agravar os muitos problemas que um artificialismo cada vez maior, por afastamento da Natureza, tinha dado origem, e de criar muitos outros.

O Homem que durante séculos havia combatido a Natureza frente a frente, causando-lhe enormes malefícios, ainda que nunca a conseguindo vencer de facto, esse mesmo Homem, agora refugiado nas instalações industriais, de costas viradas para o campo, não deixou nem de continuar a estar estritamente dela dependente, pela alimentação e pelo abastecimento de matérias-primas de origem animal e vegetal, nem de a influenciar nefastamente.

A revolução industrial ainda mais acirrou a luta do Homem contra a Natureza, embora lhe tivesse dado nova feição.

De quanto se passou em pouco mais de dois séculos, das consequências benéficas ou maléficas que resultaram dessa revolução, não vêm agora a propósito aqui referir em pormenor. É História mo-

derna e contemporânea; em grande parte todos nós as conhecemos por experiência ou observação próprias, pelo menos em relação aos anos da nossa existência ou daqueles anteriores de que nos possa ter chegado maior eco.

Alcançada a desintegração do átomo e a partir de tal descoberta fabricada a primeira bomba atómica, rebentou a terceira revolução, a *Revolução nuclear* ⁽²⁾, aquela que deu origem à era em cujos primórdios vivemos, a era atómica.

De quanto possa representar como resultado da evolução do saber humano, não é fácil encontrar palavras para significar o seu mérito excepcional.

E se não é fácil abarcar e sentir o que possa ter sido essa evolução seguindo-a a par e passo, embora a partir apenas da documentação histórica que lhe diz respeito, será sempre possível comparar os povos, os que ainda hoje representam pelo seu atraso o que era a Humanidade 7000 anos antes de Cristo e aqueles outros, que tendo atingido os limites do saber humano, têm hoje na sua mão, utilizando-a para vários fins, a energia nuclear. Que distância imensa! Que transformação extraordinária!

Mas ao pasmo que pode causar-nos a comparação feita, há que acrescentar o medo, agora extraordinariamente agravado pelas consequências cada vez mais amplas e trágicas da luta contra a Natureza em que o Homem ainda anda tão empenhado.

Aos problemas cuja existência tanto preocupa a sociedade humana, ou pelo menos alguns dos seus representantes mais avisados, há a acrescentar aqueles outros que tal descoberta veio a dar origem, cada vez mais graves e complexos.

Ao Homem foram agora dados novos recursos para acelerar o progresso e com ele a civilização, mas também foram postas nas suas mãos novas armas para procurar conseguir aquela vitória que a Natureza tão persistentemente lhe vem negando.

A tal revolução, como à anterior, correspondem transformações profundíssimas

⁽¹⁾ Carlo Cipolla — História Económica da População Mundial, 1962.

⁽²⁾ Outros consideram mais importante a *Revolução ecológica* que está em plena, acelerada e espectacular eclosão.

no viver dos povos, nomeadamente daqueles que estão sob a sua directa e imediata influência, transformações que estão a processar-se, revolucionariamente como é natural, na maior parte dos exemplos.

Dos resultados da evolução forçada e precipitada que se está operando, dependerá em muito o sentido que virão a ter as relações entre o Homem e a Natureza, no entanto colhe-se nesta altura a consoladora sensação de que começa a generalizar-se uma consciência mais viva da necessidade de terminar com uma já tão longa batalha e passar à cooperação que há muito, alguns, muito raros é certo, vêm ou reclamando, ou aconselhando, ou defendendo, como mais útil para os próprios interesses da Humanidade.

Nem seria de admitir que, tendo-se atingido um tão ousado limite dos conhecimentos científicos e técnicos, se persistisse no errado caminho trilhado até aqui cuja escolha já nem a ignorância poderá justificar.

Recentemente, numa conferência realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa, o muito célebre sociólogo Prof. Josué de Castro, ao referir-se a esta forma revolucionária como se tem transformado a Humanidade, e ao considerar a revolução nuclear, concluiu que o Homem posto perante tais realidades não poderá deixar de se lhes adaptar, pois terá que viver subordinado a elas, ainda que tal adaptação, ou subordinação, possa custar, como está custando, grandes perturbações nos hábitos das sociedades.

Mas a conclusão de maior interesse da sua apreciação às condições actuais da vida humana foi a de que deixará de haver possibilidade dos Governos recorrerem a guerras para resolverem os seus problemas políticos; a paz será assim imposta como único caminho possível, pois a alternativa é a guerra atómica e com esta o auto-extermínio da Humanidade.

Por meu lado, pensando nas relações do Homem com a Natureza, direi que a sua sobrevivência só será possível acabando com tão longa e prejudicial luta com que tem procurado dominá-la, inevitável como será a sua derrota, e procurar salvar a Natureza dos trágicos malefí-

cios a que a revolução nuclear tem dado origem.

Não será preciso que rebentem muitas bombas para que a Humanidade seja exterminada, uma pequena parte daquelas que existem seria mais que suficiente para tanto; basta que se deixe ir aumentando o nível das radiações a que estamos sujeitos provenientes dos resíduos radioactivos a que as centrais e explosões nucleares dão origem e cuja total eliminação é particularmente difícil e contingente.

O Homem atingiu assim um limite tal nos seus conhecimentos e na sua actividade que se colocou à beira de um abismo onde poderá vir a perder-se para sempre, ou caindo sozinho nele ou arrastado pela Natureza, quando esta, reagindo, lhe venha a dar o necessário empurrão para se despenhar num pélagio infundo.

Em mais de 8 mil anos de luta não se podia ter conseguido mais; a derrota total, completa está à vista... mas ainda é tempo de evitar que venha em breve a tornar-se uma realidade o bíblico fim do Mundo.

Acabou por concluir o Prof. Josué de Castro que o Homem, depois de passada esta fase de agitação para se adaptar às novas realidades da sua existência, não deixará de evitar a guerra, porque sendo esta uma ameaça de auto-extermínio o que todas as espécies evitam instintivamente, ele não acreditava que a espécie humana não conseguisse fugir-lhe conscientemente.

Acreditemos que esta opinião virá a corresponder a uma realidade, embora esta possa demorar a concretizar-se; mas se a guerra entre os Homens não terminar, quando terminará a guerra do Homem contra a Natureza?

Essa é neste momento a minha preocupação, pois se a guerra atómica é uma ameaça de extermínio certo, essa outra guerra, em que o Homem anda há tantos séculos empenhado não constitui ameaça menos certa e segura de igual fim da Humanidade, na certeza de que as bombas atómicas nesta altura não deflagraram ainda e a guerra do Homem contra a Natureza está cada vez mais acesa e generalizada. Uma ainda não existe e a outra continua!

(Continua)

ANO EUROPEU DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

(Continuação do número anterior, pág. 593)

Longe de uma óptica contemplativa, e tomando estritamente a orientação de imperativos económicos e sociais, não oferece dúvida que um bom ordenamento do território obrigará a defender a natureza em espaços onde a produção de bens e de serviços se subordina a situações vocacionais ou estratégicas. Sendo assim, restam outros espaços onde potencialidades marginais têm consentido para economia tradicional situações de depressão ou estagnação, que bem podem servir de suporte à distração e ao repouso, convertendo a vida social às actividades de exploração de equipamentos de turismo e de recreio. Nesses espaços, a floresta, que após séculos de destruição imoderada retoma o seu lugar na defesa e valorização do território, pode contribuir, para além do abastecimento de matérias-primas, para proporcionar ambiente repouso e sadio, corrigindo os desfavores do clima e contrariando os efeitos da poluição dos solos, das águas e da atmosfera.

O crescimento constante da população e o aumento das suas exigências em matéria de habitação, de higiene, de educação e de cultura, de distrações e de actividades cívicas, obriga a um permanente trabalho de adaptação do habitat às condições naturais. Problemas de abastecimento de água, de energia, de abertura de meios de comunicação, tendem a avolumar-se; e a aldeia tradicional, isolada e pobre, vai desaparecendo, transformando-se em motivo de atracção para as populações sedentas dos contrastes que se opõem aos símbolos da vida urbana. Para que tudo possa decorrer em termos de conservação de recursos naturais, torna-se essencial que se mobilizem poderosos meios que constituem a base de tarefas complexas e permanentes de administração e de técnica. O que está em causa no bom ordenamento de um território não é somente o arranjo de coisas materiais, mas o destino das comunidades nos múltiplos aspectos do progresso eco-

(Continua na pág. 627)

Assistência Financeira à Agricultura (*)

(Continuação)

Por
ARTUR AUGUSTO DA SILVA POÇO
Engenheiro Agrónomo

Esta modalidade como veremos é talvez mais rígida que a modalidade portuguesa de que trataremos mais adiante. Sendo, porém, como é reconhecido por alguns economistas, as agriculturas francesa e italiana as menos endividadas do Mercado Comum, são também as menos evoluídas de todos os seus membros. Isto só vem em abono de que o fomento da

(*) Palestra apresentada no Colóquio das Missões Socio-Culturais do Ministério das Corporações em 2-7-970.

agricultura terá hoje, mais do que a de qualquer outra actividade económica, de ser feito com base no crédito, o que implica, quer na fase de investimento quer na da sua gestão, especial cuidado no planeamento e rigoroso critério na execução. O esforço humano e financeiro só será rentável se o investimento se inserir num quadro geral de acção tendente ao aumento da produtividade das explorações agrícolas.

Assim, para maior rentabilidade e aumento de explorações pecuárias, em França, existe uma modalidade de participação que visa essencialmente o fomento de associações, com a ajuda financeira do Estado na edificação ou melhoria de certas construções agrícolas como estábulos para vacas leiteiras, bovinos de carne, recria de vitelos (com excepção de estábulos especializados na engorda de vitelas de carne), ovis ou cabris, pocilgas de recria e engorda, anexos a estes alojamentos, salas de mungição e leitárias, equipamento para armazenagem de forragens (silos-torre, silos-horizontais, fenis, palheiros, etc.), salas de preparação de alimentos, instalações para armazenagem de estrumes, equipamentos mecânicos, eléctricos ou outros destinados à preparação e conservação de rações ou de dejectos com a condição de que o seu conjunto constitua um imóvel contínuo.

No entanto, para obterem as subvenções devem satisfazer aos efectivos mínimos de quinze vacas leiteiras, trinta bovinos de engorda, quinze porcas criadeiras, cem porcos de engorda, quarenta cabras e cem ovelhas, devendo o montante do orçamento ser, pelo menos, igual a 30 000 F para as novas construções.

As percentagens de subvenções são fixadas em função da qualidade técnica dos projectos, não podendo ultrapassar

25 0/0 para as reconstruções e 40 0/0 para as novas construções.

Por cada exploração, o máximo de subsidio é fixado em 25 000 F para a melhoria das construções existentes e 40 000 F para as novas construções.

Estas taxas podem, porém, ser elevadas de 10 0/0 quando os trabalhos sejam realizados por um agrupamento agrícola de explorações em comum aprovado, por uma cooperativa de criação de gado e cujo efectivo de animais seja, pelo menos, triplo dos números atrás apontados.

É, pois, uma modalidade de, através do crédito, fomentar as associações agrícolas racionais hoje tão necessárias e indispensáveis à revitalização da agricultura europeia.

A Lei dos Melhoramentos Agrícolas em Portugal

Apresentou em 1946 o Governo à Assembleia Nacional uma proposta de lei destinada a criar o crédito à agricultura, convenientemente aplicado em obras reprodutivas, tècnicamente bem concebidas e de seguros resultados económicos de modo a não causar a ruína dos que a ele recorressem. Procurou-se ser indispensável basear a sua concessão em estudo pormenorizado dos melhoramentos aos quais se destinava o financiamento e subordinar a sua aplicação a uma fiscalização eficiente, de modo a impedir o seu emprego em fins diferentes daquele para que fora concebido. Assim seria evitado o desvirtuamento da iniciativa, salvaguardando-se os interesses económicos daqueles que ao crédito viessem a recorrer.

Foi isto após o rescaldo da segunda grande guerra, pairando por toda a parte um clamor de crise agrária. Na verdade ela existe. Os agricultores queixavam-se em todo o Mundo de inoportáveis dificuldades de vida, oriundos para uns do baixo preço dos géneros produzidos relativamente aos artigos industriais do mercado e do seu difícil ou impossível escoamento para seguros mercados consumidores, para outros devido ao baixo preço dos salários com que o trabalhador agrícola era remunerado.

Poderia parecer que, passado um período de guerra, quando tudo é destruído

ou inutilizado, a lavoura, produtora de artigos de primeira necessidade imprescindíveis à sobrevivência humana, poderia ter beneficiado da animação das compras e da alta de preços, muito especialmente nos países que não intervieram directamente no conflito, como foi o caso de Portugal.

Dadas, porém, as apertadas circunstâncias em que se fazia a comercialização dos produtos agrícolas, o ritmo de expansão das explorações agro-pecuárias não poderia acelerar-se tanto quanto seria para desejar. Os agricultores continuavam, pois, a atravessar uma crise acrescida de factor moral de confiança, pela incerteza no futuro.

A agricultura portuguesa, à parte o que se passava com algumas espécies florestais ou frutíferas, continuava a ser um ofício pobre. Minifundiária ao Norte, latifundiária ao Sul lentamente poderia romper os obstáculos que as diferenças de solo e clima oporiam ao estabelecimento de uma razoável mediania.

Desde séculos que era vítima da falta de capitais disponíveis ou da usura de quem os pudesse ceder por empréstimo. É, infelizmente, neste último caso, umas vezes pela apatia fatalista da ignorância, outras, pelo excesso de imaginação, o agricultor nem sempre era capaz, por falta de conhecimentos técnicos proporcionados às empresas que dirigia, de extrair do dinheiro obtido a alto juro o potencial de revivificação económico que ele comporta.

Algumas diligências foram realizadas no nosso País para estabelecer vários tipos de crédito. Estas tentativas não constituíram, porém, mais que tímidos e incongruentes resultados, não obstante o valioso e crescente contributo das então poucas caixas regionais a funcionar com alguma largueza.

Este auxílio, porém, estava muito aquém das necessidades da lavoura, sem atingir as raízes da valorização propriamente fundiária. Daí, apesar do notável e louvável incremento do valor das operações, não ter ainda a difusão que a alta conveniência do progresso agrícola tornava urgente para todas as categorias de proprietários do País.

Nestas condições, uma medida legisla-

tiva que conjugasse um expedito e extensivo abono de capitais, para melhoramentos fundiários de feição agrícola, com uma pronta e gratuita assistência técnica destinada a garantir-lhe remuneradora aplicação seria, entre todos, bem aceite, como início e base de transformação a operar quanto à valorização económica das parcelas mais numerosas, que são também as mais pobres, do nosso mapa agrícola.

A Lei dos Melhoramentos Agrícolas pode dizer-se que constitui uma solução completa, e ao mesmo tempo simples e fácil, da questão do crédito agrícola, em condições que lhe conferem uma interessante originalidade.

É a mais vasta e eficiente planificação da assistência, não só financeira como técnica, concedida ao possuidor do agro nacional, jamais projectada entre nós até então. Os responsáveis pela aplicação dos investimentos estudam «in loco» não só a viabilidade e rentabilidade da aplicação dos capitais como indicam ao cultivador o mais racional e mais económico processo da utilização dos dinheiros.

A lavoura, detentora da maior fonte de riqueza nacional, poderia assim assegurar o trabalho e melhorar o nível de vida da nossa população, intensificando o cultivo da terra e valorizando-a com a realização de melhoramentos manifestamente reprodutivos e que mais se impusessem pelo seu interesse económico-social.

A lavoura nacional foi sempre ciosa da sua independência, do seu individualismo e das suas prerrogativas de senhora da terra. O agricultor ama esta com paixão; consagra-lhe os cuidados da sua inteligência, do seu instinto de economia, da angústia do coração que, sofrendo por ela, reage todavia ao tónico da esperança; dá-lhe toda a actividade do seu organismo, sob a torreia do sol ou sob a inclemência da tempestade; e, por vezes, oferece-lhe até a própria vida para que um grão não deixe de entrar no celeiro ou lhe não levem um palmo da courela ou não desvie uma bica de água.

O crédito agrícola suficiente é indispensável para que as terras sejam mais prósperas e muito pouco ganharia o cul-

tivador, porque não é a propriedade só por si que assegura o seu bem-estar, mas a capacidade produtiva desta, que requer, além do trabalho humano, incorporação de capital. Um crédito cuidadosamente organizado e controlado deve garantir a sua adequada inversão, mas sem acepção de pessoas, só em razão da verdadeira necessidade, em tal quantidade e com tais facilidades que seja verdadeiramente útil ao agricultor, sobretudo ao pequeno proprietário e não ser um instrumento de opressão que mais o afunde na miséria.

Deve, em suma, ser a concessão de financiamentos um elemento da produtividade, palavra por muito tempo reservada ao silêncio e indiferença dos dicionários, e que só a partir de 1943 ressurgiu com todo o seu significado e importância. O aumento de produtividade acarreta, fatalmente, uma redução maior ou menor nos preços de custo, permitindo uma melhor remuneração do trabalho e, consequentemente, um maior poder de compra das massas trabalhadoras, com reflexo na expansão dos mercados. Esta evolução tem-se manifestado mais intensamente numas actividades que noutras; expandiu-se primeiro na indústria e reflecte-se já nitidamente na agricultura, ao ponto de verificarem-se já vários exemplos de os povos com menor percentagem de população activa agrícola serem os que obtêm produções agrícolas mais avultadas em relação ao total dos seus habitantes.

Estas consequências não resultam, evidentemente, apenas da capacidade de produção dos respectivos territórios, mas sim, fundamentalmente, da preparação científica e técnica da sua população, estimulada por uma organização mais perfeita na aplicação do trabalho e do capital. Assim, enquanto o agricultor americano, bem apetrechado, obtém um quintal de trigo em oito horas de trabalho, o berbere sul-marroquino, que ainda trabalha com a enxada, foice e instrumentos primitivos, precisa de duzentas horas para alcançar o mesmo fim. Atente-se, pois, nesta diferença de produtividade.

Por outro lado verifica-se que, para todos os produtos cuja técnica de produção é a mesma e, para iguais condições de meio, os poderes de aquisição são equivalentes em todos os países.

A produtividade, evidentemente, pouco tem a ver com o esforço físico individual do trabalhador, ao contrário do que este julga, crendo que quanto maior o dispêndio de energia corporal maior há-de ser a compensação do seu trabalho; depende sim mais das condições naturais, das máquinas e ferramentas, da energia mecânica utilizada e de outros elementos inerentes ao progresso técnico, não sendo a isso alheio a invenção e a imaginação do homem, isto é, o seu esforço intelectual.

A velocidade de produção depende assim, como se depreende, essencialmente, da organização do trabalho, da previsão das tarefas e dos investimentos. Esta é a razão porque se pode dizer que a produtividade é, ao mesmo tempo, uma medida de poder aquisitivo e de progresso técnico.

Nas condições actuais da nossa agricultura sabe-se que é muitas vezes difícil, senão até impossível, remunerar satisfatoriamente os capitais investidos na exploração agrícola.

O empresário que é simultaneamente, proprietário de todos os meios de produção—capital, terra e trabalho—já nem se preocupa com essa remuneração, porque não contabiliza sequer o seu trabalho e o dos seus familiares. A sua única preocupação parece ser a de subsistir, e se considerarmos a forma como a receita agrícola global é distribuída dentro do sector, verificamos que o nível do rendimento da grande maioria dos nossos trabalhadores rurais é acentuadamente baixo, impelindo-os para um êxodo agrícola que não pode considerar-se totalmente salutar na medida em que, privando a agricultura dos elementos mais válidos e não sendo acompanhado de um correspondente esforço de reconversão, se traduziu imediatamente numa carência de braços para que a lavoura não estava preparada e numa acentuada elevação de salários que, nas condições actuais, é difícil rentabilizar-se.

Para o proprietário que, dominando juridicamente a terra, a não explora e para o respectivo rendeiro, o problema põe-se em termos diferentes. Este último esfalfa-se para remunerar o capital alheio,

querendo satisfazer os compromissos assumidos, mas sacrifica normalmente a justa compensação do seu próprio trabalho; o primeiro realiza, através da renda, um juro que, embora contabilisticamente baixo, é função de uma situação de «fome de terra» que valorizou a propriedade rústica por forma tão chocantemente exagerada que à sombra protectora desse valor e da segurança que comporta tem florescido um nefasto capitalismo agrário—já não refiro o daqueles que, embora absentistas, estão por tradição vinculados à propriedade da terra, mas o de outros que, chegados à posse da riqueza, a vão investir cómoda e lucrativamente na compra de prédios rústicos, dificultando aos agricultores a propriedade da terra e inibindo outros sectores de capitais de que o País tão carecido está.

O quanto este capitalismo agrário, mantendo e agravando até o valor da terra, tem sido nocivo ao desenvolvimento da agricultura portuguesa é coisa que se apresentará como evidente a todos os que tenham alguma noção da imperiosa necessidade, para uma actividade económica de trabalhar com meios de produção baratos. E a terra é o factor de produção básico no sector da agricultura.

As populações rurais desertando do campo, emigram por qualquer processo—legal ou clandestino e sabe Deus com que sacrifícios!!!—ou então concentram-se à volta das grandes cidades, gerando um urbanismo patológico, repleto de misérias sociais e humanas de toda a ordem.

A análise da evolução demográfica entre os dois últimos censos—de 1950 e 1960—dá-nos a confrangedora indicação de que cerca de 30 % da população do Continente já se concentrava nos distritos de Lisboa e Porto. E o que nos reservará o próximo censo de Dezembro, sabido como se processou na última década o abandono dos meios rurais, muito especialmente pela emigração para o estrangeiro, nomeadamente para França?

Caminha-se assustadoramente para uma autêntica e dolorosa desertificação de grande parte do Continente, cujos graves inconvenientes começam a exercer os seus efeitos, mas de cuja extensão e intensidade dificilmente nos poderemos

aperceber em face da incomensurabilidade do fenómeno.

Pareceria consolador que diminuindo a população activa agrícola, tal decréscimo representaria satisfatória melhoria. Tal, porém, não acontece infelizmente e não acontece dada a maneira como se processa a fuga dos campos. São os homens válidos, aqueles que melhor produtividade poderiam tirar da terra, os que a abandonam, nela continuando os velhos (necessitados de uma reforma para o resto da sua vida), os inválidos (ciosos de um auxílio para poderem viver sem ser pelo trabalho físico a que são obrigados por imperiosa necessidade) e as crianças (de fraca produtividade e mesmo assim apenas enquanto não são aliciadas para irem trabalhar noutras actividades ou países mais promissores). Não pode assim verificar-se melhoria no crescimento do produto agrícola cujo lento crescimento do sector se reflectiu na pequena contribuição de 1,6 % entre 1953 e 1964 para o acréscimo do produto interno bruto enquanto para a indústria essa percentagem se cifrou em 7,5 %.

O baixo nível dos investimentos realizados na agricultura do continente constitui uma das causas, se não a fundamental, do fraco progresso atingido no sector. Este baixo nível dos investimentos globais e o que respeita a construções, deve-se em parte ao grave problema de que enferma a lavoura — as dificuldades de financiamento para alguns e o receio de investimentos por outros em face da incerteza do valor e da produção das culturas a que se abalança. São estas dificuldades que levam, provavelmente, os agricultores a darem prioridade a investimentos em material, a fim de compensar os efeitos de redução dos efectivos de trabalho.

Para o desenvolvimento da agricultura é essencial aumentar o potencial produtivo dos solos e das culturas, mediante o recurso a fertilizantes e a sementes e plantas seleccionadas. Tem-se verificado crescimento no consumo de fertilizantes, mas o seu ritmo decaiu nos últimos anos. Se para as sementes seleccionadas se constatou certo incremento, mas apenas em relação a número limitado de espécies, esse, mesmo assim, é reduzidíssimo. — (Continua).

ANO EUROPEU DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

(Continuação da pág. n.º 622)

nómico, social, humano e do bem-estar. A natureza, presente nas montanhas, nas colinas, nas planícies, nos rios e nos mares, que foi o suporte de civilizações passadas, tem que ser salvaguardada quando no mundo se expande e instala a civilização industrial, de todas a mais poderosa.

O Conselho da Europa assim o entendeu ao consagrar este ano à protecção da natureza e dos seus recursos, alertando o mundo para a necessidade urgente de serem empreendidas as tarefas necessárias.

Portugal não pode ficar indiferente ao apelo, tanto mais que já vinha assumindo particular acção em tais tarefas, nas suas diferentes parcelas espalhadas pelo Mundo.

Para além de medidas e de disposições concretas da maior relevância nesta matéria, empreendeu-se uma campanha de mentalização levada a efeito pelas mais variadas formas — na qual se insere, com particular significado a sessão que neste momento decorre neste magnífico cenário que a compreensão inteligente e atenta do Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian, e do seu ilustre Presidente, pôs à nossa disposição.

Seria pura fantasia pensar-se que todas as tarefas a levar a efeito possam decorrer sob o signo da facilidade. Pelo contrário. Mas isso não quer dizer que devamos deixar-nos assaltar por temores e preconceitos em relação ao progresso em que estamos empenhados. Os extraordinários esforços de educação e de realização, implícitos na conservação da natureza, encontram-se na base desse progresso que, dia a dia, pretende alcançar novos equilíbrios para benefício e bem-estar de toda a humanidade. E é, de facto, uma enorme e imprescindível tarefa em proveito de toda a humanidade àquela que nos leva a conservarmos e preservarmos os seus recursos naturais.

Apontamento florestal

O consumo europeu de produtos lenhosos industriais — 1950-2000

ENTRE 1950 e 1965, o consumo total aparente na Europa (U. R. S. S. excluída) de produtos lenhosos industriais — serradas, contraplacados e folheados, papéis, cartões, placas de partículas e placas de fibras, esteios de mina e madeiras redondas diversas —, expresso em equivalente de matéria-prima madeira (EMPB), elevou-se de 178 para 291 milhões de metros cúbicos, depois de se haver cifrado, respectivamente, em 1955 e 1960, em 214 e 246 milhões.

Entretanto, estima-se, no recente estudo FAO/CEE *Consommation, Production et Commerce du Bois en Europe, Évolution et Perspectives, 1950-1980, Revue interimaire*, donde extraímos os números anteriores, que esse consumo ascenda a 430 milhões de metros cúbicos em 1980, após dever alcançar 328 milhões em 1970 e 377 milhões em 1975, o que, comparados os períodos 1950-1965 e 1965-1980, se traduz, no primeiro, por um acréscimo de 113 milhões de metros cúbicos e, no segundo, por um aumento de 139 milhões. E se a taxa de crescimento prevista para este último se apresenta inferior à do primeiro, dado que os ganhos percentuais correspondentes são 48 e 63%, tal é devido, por um lado, à progressão relativamente lenta estimada para o grupo das serradas, contraplacados e folheados, cujo excedente de consumo previsto é de 24 milhões de metros cúbicos (15%) e, por outro, à quebra de 12 milhões esperada para o grupo dos esteios de mina e madeiras redondas diversas (43%), já que os papéis, cartões, placas de parti-

culas e placas de fibras, esses, deverão experimentar no conjunto um acréscimo de 127 milhões de metros cúbicos (121%).

E para além de 1980?

Prevenindo que a respectiva previsão da procura de produtos florestais, atendendo aos imensos progressos técnicos que é lícito esperar até ao final do século, só poderá revestir um carácter teórico, o estudo atrás citado também nos responde à questão posta.

Assim, a partir das hipóteses de que a taxa anual de crescimento do PNB por habitante na Europa, avaliada em 3,7% entre 1970 e 1980, se manterá mais ou menos a igual nível no vinténio seguinte; de que a taxa de crescimento demográfico diminuirá ligeiramente depois de 1980, continuando deste modo a tendência prevista para os anos 70; de que, com a provável intensificação da concorrência dos outros materiais, a elasticidade-rendimento dos produtos florestais continuará a descer assaz rapidamente, como possivelmente sucederá já no decénio em curso; e de que, dentre as categorias produzidas a partir dos toros de grandes dimensões, o consumo de serradas, após 1980, não excederá muito o nível admitido para esse ano, apesar da progressão regular do consumo de contraplacados e folheados, e que, a partir de 1980, a quase totalidade do acréscimo projectado do consumo incidirá sobre os produtos obtidos das madeiras redondas industriais outras que os toros para serração e folheados, e, ainda, considerando uma população no ano de 2000 de 640 a

(Continua na pág. 631)

Alguns aspectos, no fabrico dos vinhos tintos

Por
H. BONIFÁCIO DA SILVA
Engenheiro Agrónomo

A distinção essencial entre o fabrico dos vinhos tintos e brancos, é que os primeiros, fermentam em contacto com as matérias sólidas do cacho. Todavia, em certas regiões, como Palma, e nalgumas adegas cooperativas do Alentejo, devido à grande percentagem de uvas tintas, não se justificava economicamente a montagem de duas linhas de fabrico. Consequentemente, as uvas brancas passam pela aparelhagem destinada

ao fabrico dos vinhos tintos, sofrendo um curto estágio nos recipientes de curtimenta — 24-48 horas. Por um lado, impera a questão económica, e por outro, caso do Alentejo, existe um certo interesse regional pelo consumo de vinhos brancos, ligeiramente corados.

No fabrico de vinhos tintos, existem alguns pormenores, que interessa focar, dadas as dúvidas que persistem, e que os pesquisadores tentam desvendar.

Um dos problemas que mais se discute, é ainda a obtenção da cor.

Daí resultou a introdução nas vinhas, de castas tintureiras, o estudo de vários processos de curtimenta, sua duração, o aquecimento prévio das uvas, etc..

Para esclarecimento dos leitores, informamos, que a matéria corante dos vinhos tintos, é constituída por substâncias denominadas, antocianinas e leucoantocianinas.

Sudraud, professor e pesquisador francês, tem estudado alguns aspectos relacionados com a maceração. No seu trabalho exposto ao Simpósio Internacional de Enologia, de 1967, em Bordeus, apresentou os resultados da sua experimentação. Concluiu, que a maceração durante um período de tempo de 16 horas, sem sulfuroso, duplica o conteúdo em antocianinas e triplica as leucoantocianinas, em relação à curtimenta sem maceração. Se incorporarmos sulfuroso, a maceração, durante o mesmo período de tempo (16 h.), faz aumentar seis vezes as antocianinas e sete ou oito as leucoantocianinas.

«A intensidade corante das uvas esmagadas, e aquecidas a 7°C passa de 0.17 para 1.27; a concentração das leucoantocianinas de 100 mg/l para 880 mg/l; o índice de permanganato passa de 6 para 50. Portanto, o contacto das partes sólidas do cacho com o mosto ácido, como

o sulfuroso e temperaturas altas, são factores que favorecem a dissolução da matéria corante».

Referimo-nos ao índice de permanganato. Convém dar o significado deste elemento. Este índice representa a riqueza em polifenóis, dando-nos uma indicação da dureza, adstringência, ou suavidade dos vinhos.

Para ficarmos com uma ideia mais radicada, do índice de permanganato, indicamos os resultados de experiências efectuadas por Ribereau-Gayon:

	Índice de permanganato
Curtimenta de 7 dias, sem engajo	70
Curtimenta de 20 dias, sem engajo	77
Curtimenta de 7 dias, com engajo	97
Curtimenta de 20 dias, com engajo	96

Constata-se a influência do engajo nos valores do índice de permanganato, sendo muito mais elevados na sua presença.

Apresentamos ainda outra experiência, mais elucidativa e do mesmo autor. Utilizou 4 ânforas, cheias de uvas esmagadas, homogenizadas e desengaçadas, excepto a n.º 4, que recebeu o peso do engajo correspondente ao peso de uvas, que comportava.

Ânforas	Maceração	Índice de permanganato
1	4 dias	52
2	7 »	62
3	16 »	65
4	4 » com engajo .	73

Mais uma vez se nota a nítida influência do engajo no índice de permanganato. O vinho da ânfora n.º 4, foi o mais corado e áspero.

Voltando ainda à cor dos vinhos, Ferré, afirmou que «era um factor importante da qualidade dos vinhos, não somente porque lhe dava nobreza, mas também contribuía para lhe dar corpo».

A cor depende muito dos anos, da

maturação das uvas. Se os cachos estão atacados de podridão, como na colheita passada, a cor é destruída pelo Botritis. Destroi os tecidos das películas e insolubiliza a matéria corante que contém. Além disso, a podridão segrega uma diástase oxidante muito activa, que afecta a matéria corante das uvas sãs, que se encontram misturadas.

A cor é o constituinte das uvas mais difícil de libertar, porque se encontra no interior das células das películas. O bagaço também absorve uma certa quantidade de matéria corante, o que se verifica, quando as curtimentas são muito longas, não adquirindo mais cor, como veremos mais adiante.

Para se observar a dificuldade da dissolução da matéria corante, Ferré indica a seguinte experiência:

Peguemos em fatias de beterraba roxa, e lavêmo-las muito bem para arrastar a matéria corante, proveniente das células dilaceradas; coloquêmo-las em água; a água mantém-se incolor; a matéria corante não foi abandonada. Mas, se incorporarmos na água um anestesiante, como clorofórmio, as células em vida latente, não se defendem mais, e a matéria corante que as fatias possuíam, difunde-se através da membrana para se dissolver na água. Se alguém destruir as células por um anti-séptico ou pelo calor, a dissolução da matéria corante é fácil.

Na curtimenta, a matéria corante contida nas películas estabiliza-se — objecto da maceração; por outro lado, a cor é fixada em parte pelo bagaço. Segundo a experimentação efectuada por Farré, podemos observar alguns resultados da evolução da cor, ao longo de vários períodos de curtimenta.

Duração da curtimenta	Intensidade corante
2 dias	40 o/o
4 »	60 »
6 »	77 »
8 »	71 »
10 »	68 »
17 »	50 »

Outros problemas, que têm merecido a atenção dos especialistas é o desen-

Propagar e difundir a «Gazeta das Aldeias» é um dever que se impõe aos que da Terra vivem.

gace. Segundo experiências efectuadas, observa-se, que a quantidade necessária de açúcar para produzir um grau de álcool, varia sensivelmente, consoante a fermentação se efectua na presença ou ausência do engaço. Através dos seguintes ensaios, atribuídos a Ferré, conclui-se, que o engaço tem influência na quantidade de açúcar, necessária para produzir uma determinada quantidade de álcool.

		grau obtido	quantidade de açúcar por cada grau de álcool
Vinificação em tinto	com películas	10	17
	com películas		
	e engaço. . .	9.7	18

Idêntico fenómeno se passa com as ânforas abertas, havendo uma evaporação de álcool durante a curtimenta. «Sabe-se, que a evaporação de um líquido volátil é proporcional à tensão de vapor deste líquido, e cresce rapidamente com a temperatura. É assim, que a 30°C, a tensão de vapor do álcool é 4 vezes mais elevada do que a 15. Em seguida, as perdas de álcool, durante a curtimenta dos vinhos tintos, são tanto maiores quanto mais elevadas forem as temperaturas no interior das ânforas, o que significa, que é necessário mais açúcar para obter um grau de álcool, quando a fermentação decorre a temperatura mais elevada». Com temperaturas elevadas, também se dão perdas de aroma, e com macerações bastantes longas, obtêm-se vinhos muito taninosos, e o excesso de tanino pode mascarar o aroma.

Amuos — Ainda nos queremos referir a este assunto rapidamente. Normalmente, são devidos às temperaturas de fermentação serem muito elevadas — 37-38°C. A partir de 35°, a fermentação passa a ser difícil. O ideal seria, que não passasse dos 30°. Quando as temperaturas de fermentação são muito baixas, também

há uma certa dificuldade no desdobramento completo do açúcar.

A falta de arejamento para as leveduras, pode ser uma causa de amuos verificados em recipientes fechados, com fraco arejamento.

Teor em açúcar muito elevado — As temperaturas altas de vinificação e os teores elevados de açúcar, são geralmente as duas causas mais frequentes para se darem amuos. Outros factores se podem ainda indicar, como teor exagerado de sulfuroso, falta de azoto amoniacal, dissolução de anti-sépticos provenientes do revestimento interno das ânforas (flúor em particular), presença de resíduos de produtos anticriptogâmicos e insecticidas, aplicados tardiamente nos cachos.

O consumo europeu de produtos lenhosos industriais — 1950-2000

(Continuação da pág. n.º 638)

650 milhões de habitantes, cujo consumo «per capita» de produtos lenhosos industriais poderá ser de 1,05 a 1,10 m³ EMPB, com base em tudo isto, o referido estudo estima que o consumo europeu total venha a situar-se, no ano de 2000, entre 650 e 750 milhões de metros cúbicos. E, precisando estes números, acrescenta que as médias de uma projecção forte e de uma projecção fraca conduzem, segundo estimativas provisórias, a um consumo nesse ano de 680 milhões de metros cúbicos, face a 550 milhões em 1990, com 190 milhões em ambos os anos no que concerne aos produtos dos toros para serração e toros para folheados e 490 e 360 milhões de metros cúbicos, respectivamente, no que se refere aos restantes produtos industriais que, assim, verão o seu consumo elevar-se de 241 milhões entre 1980 e 2000, contra tão-sómente 8 milhões de metros cúbicos daqueles.

M. A.

Achegas para um plano de ordenamento rural

(CONTINUAÇÃO)

Por
J. PINTO MACHADO
Arquitecto

CABE, aqui, fazer breves referências ao papel relevante que a política de Bem-Estar Rural desempenhará no contexto de um plano de reordenamento agrário, tendo em vista que o seu fim é prevalentemente dirigido em favor do homem.

Como sabemos, as bases de uma política de Bem-Estar Rural insere vasta matéria ligada ao «habitat», o mesmo é dizer em ordem a um extenso campo de acção. Dai porque o problema em si não pode resumir-se, como muita gente poderá pensar, apenas à beneficiação da habitação rural. A própria essência da expressão Bem-Estar envolve uma panorâmica mais ampla, no sentido de que as populações rurais, socorrendo-se de uma política apropriada, venham a adquirir uma melhor situação económica e social e, bem assim, uma consciência cívico-educativa que as encaminhe para uma apetecível vida nos campos, se possível idêntica às regalias e ambiências que hoje são garantidas aos que trabalham nos dois restantes sectores de actividade.

Assim sendo, tudo leva a crer que a acção em causa deverá abraçar uma latitude e uma actuação mais extensivas, por forma que se atinjam globalmente os desideratos antes enunciados. O problema do alojamento, se bem que considerado alavanca mestra para o progresso e a promoção rurais, não resolve, por si só, o desenvolvimento desse mesmo meio.

Por isso é que toda esta problemática haverá de apoiar-se numa planificação perfeita e equacionada adentro do esquema base do plano global de ordenamento agrário, de molde que esteja em perfeitas condições de solucionar a estrutura do habitat rural, de criar comunidades bem

(Continua na pág. n.º 656)

Estação de Fruticultura Setúbal

Serviço de Informações Citricolas

Tomou a Estação de Fruticultura a louvável e muito útil iniciativa de estabelecer um serviço informativo por meio de circulares endereçadas aos citricultores interessados.

Desse trabalho de colaboração, por contacto, directo muito há a esperar pelos ensinamentos que divulgará e talvez mais ainda, pelo hábito que criará em o citricultor se dirigir, sempre que necessite ao organismo especializado que lhe dará todo o apoio técnico para bem orientar a sua exploração.

Conscientes do interesse da iniciativa, solicitamos ao ilustre Director daquela Estação que nos permitisse inserir nas colunas da «Gazeta das Aldeias», os textos das circulares do Serviço de Informação Citrícola e ficamos-lhe devendo pronta e amável aquiescência ao nosso pedido, pelo que temos o prazer de lhe manifestar os nossos agradecimentos.

Circular inquérito

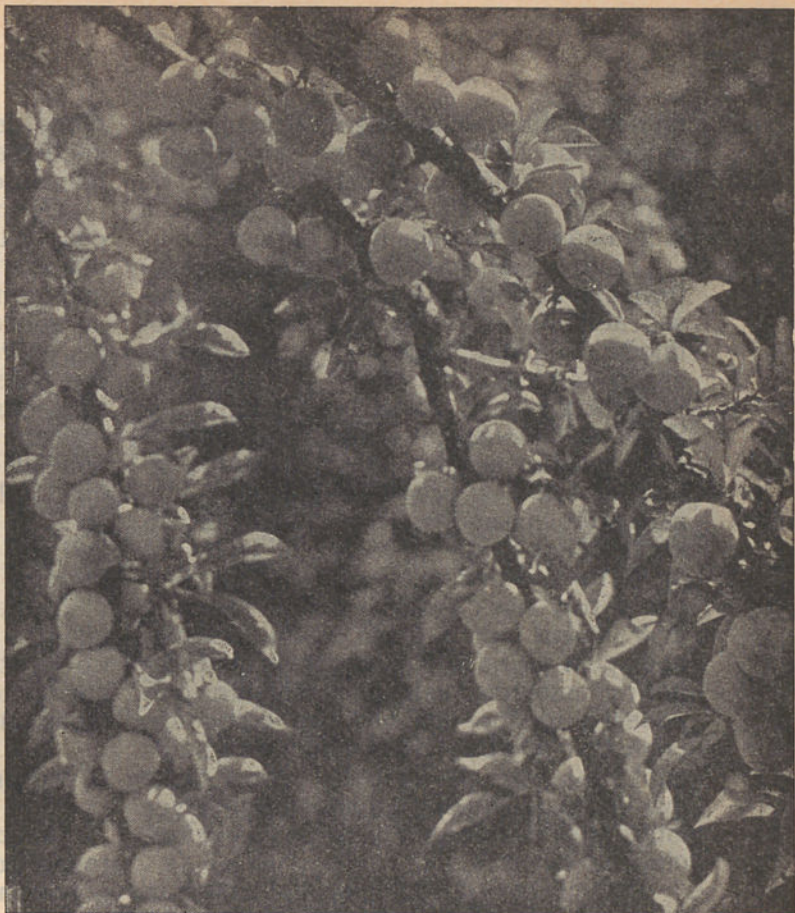
Julga esta Estação que poderá haver utilidade em estabelecer contacto directo com os principais citricultores do País comunicando-lhes a realização de cursos de formação profissional para produtores

ou para trabalhadores rurais, enviando-lhes relatórios que lhes possam interessar, informando-os de reuniões como congressos ou colóquios, sugerindo-lhes a oportunidade de realização de determinadas práticas culturais e de defesa sanitária, etc., tudo visando uma melhor informação sobre assuntos referentes à cultura dos citrinos.

A fim de conhecer o interesse e o acolhimento que este serviço poderia ter por parte dos produtores e de estudar a sua organização e funcionamento, muito grato ficarei a V. Ex.^a pelo obséquio de me dizer se estará interessado em que o seu nome seja incluído na relação dos nossos correspondentes se porventura se verificar interesse e possibilidade em montar o referido serviço.

Circular n.º 1

Dando início ao serviço de informações citricolas, em cuja relação de correspon-



dentes V. Ex.^a amavelmente se inscreveu, cumpre-me informar que na cidade espanhola de Valência decorrerá de 26 de Setembro a 4 de Outubro próximos a II Semana Internacional da Laranja.

Trata-se de uma importante Feira Internacional dedicada a todas as numerosas actividades relacionadas com a produção, a comercialização e a industrialização dos frutos cítricos.

Está prevista a realização, durante a Semana, de colóquios e conferências sobre os principais problemas da economia citrícola, como se prevê também a organização de excursões a laranjais da região valenciana.

Certo dos benefícios que os citricultores portugueses poderão colher da visita a Valência por ocasião desta Semana, quer pela vastidão e diversidade do material exposto, quer pelos ensinamentos que poderão receber através dos colóquios, conferências e excursões, quer ainda pelos contactos com técnicos e profissionais que lhes serão proporcionados, julgo haver interesse em informar V. Ex.^a da realização deste certame.

Para informações mais detalhadas poderá V. Ex.^a dirigir-se directamente à Direcção Técnica de la II Semana Internacional de la Naranja, Apartado n.º 476 ou Paseo al Mar, n.º 2, Valência, Espanha.

Circular n.º 2

Entre os insectos que atacam os citrinos devemos tomar especial atenção às cochonilhas, pois constituem uma praga de importância económica grande.

De facto, estes parasitas, sugando a seiva das árvores, originam estragos que se traduzem principalmente em folhas cloróticas (amarelecidas), ramos pouco vigorosos e frutos de aspecto desagradável e reduzido valor comercial. Assim, é afectado tanto o crescimento como a produção e, algumas vezes, ainda, comprometida a vida das árvores. Há a salientar também que algumas espécies de cochonilhas produzem uma melada que causa o aparecimento de fumagina e atrai as formigas.

Todos estes inconvenientes podem ser evitados recorrendo à luta química. Assim, para a sua execução, podemos utilizar

óleos de verão, associados ou não a insecticidas de malatião, dimetoato, diazinão ou outros.

Contudo, para que o combate seja eficaz, os tratamentos devem ser efectuados durante o Verão quando as cochonilhas estiverem no estado de larva. Além disso, as aplicações devem ser feitas por meio de pulverizadores de alta pressão, fora das horas de maior calor, sendo necessário regar as árvores 1 a 2 dias antes.

Para a preparação das caldas e sua aplicação devem seguir-se as instruções do rótulo do pesticida. Se, no entanto, V. Ex.^a tiver quaisquer dúvidas sobre o assunto poderá consultar o organismo regional da sua área.

Tomando a liberdade de chamar a atenção de V. Ex.^a para a necessidade de combater as cochonilhas dos citrinos, aproveito o ensejo para lhe apresentar os meus cumprimentos.

Circular n.º 3

O modo como um pomar de citrinos é regado durante o Verão pode influenciar grandemente a maior ou menor resistência das árvores aos primeiros frios do Outono ou do Inverno.

Sucedem muitas vezes, com efeito, que as caldeiras de rega são muito pequenas, não atingindo sequer, em geral, o diâmetro da copa. Ora, sabendo-se que as raízes pastadeiras — através das quais se faz a absorção da água e dos alimentos — se estendem muito para além das copas, compreende-se que com estas caldeiras de pequenas dimensões fica sempre de fora uma parte importante do raizame que nunca é regada.

Só quando surgem as primeiras chuvas do Outono, nos fins de Setembro ou princípios de Outubro, é que essas raízes que se encontram fora das caldeiras e que por tanto não foram regadas durante o Verão, recebem água finalmente. Mercê da rega que então assim recebem e numa altura em que quase sempre as temperaturas são ainda amenas, as árvores reagem e emitem nova e por vezes abundante rebentação. Dado, porém, o adiantado da época, esta rebentação não atempera convenientemente e quando surgem os pri-

(Continua na pág. n.º 639)

Aspecto Económico da Bovinicultura no Baixo-Alentejo

Por

AMADEU DA SILVA FERREIRA

(Eng. Agrónomo da Estação Agrária de Beja)

«, o sistema de preços, como qualquer outro artifício social, é instrumento da sociedade que serve. Não é nem sagrado nem perfeito. Foi corrigido no passado e continuará certamente a sê-lo.»

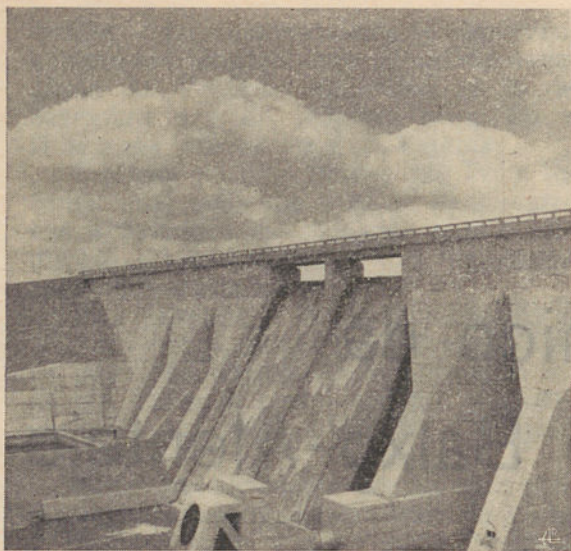
Robert Dorfman

in The Price System

III

Estudar o labor do empresário agrícola na sua actividade normal, atinente à sua subsistência e dos seus semelhantes, tem sido um dos escopos da Estação Agrária de Beja. Sobretudo como em cada exploração agrícola se devem conjugar os esforços dos que nela trabalham. Cada agricultor terá de ganhar o pão de cada dia com o suor do seu rosto mas o que é certo é que a natureza da empresa dependerá grandemente do «modelo» adoptado, isto é, de quanto «pão», quanta «carne» e quanto leite aquele possa produzir pelos seus esforços.

Só conhecendo-se os custos de produção daquilo que se produz haverá possibilidade de se poder apreciar a eficiência dum sistema de preços vigente e compará-lo com outros alternativos. Produzir trigo, carne ou leite, transportar e distribuir estes produtos pelos consumidores será tarefa que diz respeito e deve, ser realizada no seio das empresas agrícolas. É, pois, tarefa da responsabilidade do empresário agrícola e dos meios de produção que puder dispor. Outrossim é de considerar o facto de, que para existir eficiência económica assegurada para



Barragem Eng. Arantes de Oliveira — deste aproveitamento beneficiam alguns milhares de hectares de terra.

o todo das empresas, os preços de mercado conheçam ou, mais propriamente, igualem os custos de produção e que estes se calculem a partir das produtividades marginais dos respectivos factores. Só assim se pode contar que a classe rural participe de eficiência económica e de justiça social porque, então, há mais probabilidades de se seleccionar e produzir uma lista mais desejável de bens. Esta uma das principais razões deste modesto trabalho: pretender dar um mínimo contributo para uma tarefa de coordenação económica. E a eficiência duma coordenação depende sobretudo de os bens a produzir poderem ser seleccionados e da distribuição oportuna dos recursos pela produção desses bens e da escolha dos métodos de produção a usar.

Vem a propósito lembrar, que é muitas vezes objecto de controvérsia por parte de elementos ligados à lavoura o facto de o Governo subsidiar os produtos agrícolas e muitas vezes lançar impostos restritivos sobre outros produtos. E interrogam-se: será conveniente todos estes desvios em relação a um sistema de preços? Para se discutir o assunto racionalmente será preciso aprofundar determinados campos da micro-economia e per-

ceber, então, como é que um sistema de preços funcionaria sem subsídios.

Tornar um sistema de preços funcional requer o contributo e colaboração das micro-economias. Doutro modo não será possível coordenar os esforços de todos os indivíduos que constituem uma Nação. Tal coordenação exige, sobretudo, que uma multiplicidade de informações sobre preços de custos de bens e serviços seja determinada e transmitida a um grande número de pessoas.

* * *

Local de estudo — Distrito de Beja — Concelho de Alvito.

Material de estudo — vinte e sete (27) bovinos machos, de raça mertolenga, com a idade aproximada de vinte (20) meses em 14-11-68. Nesta data foram submetidos a castração e iniciados numa engorda intensiva em estabulação permanente do tipo clássico.

Proveniência do material — Os vinte e sete (27) bovinos provieram dum rebanho de criação em regime manadio com semi-estabulação no período outono-invernal. Foram apartados do referido rebanho por volta dos nove meses e andaram, também, em regime manadio com semi-estabulação até à data referida de início da sua engorda.

Elementos colhidos — Registaram-se as pesagens mandadas efectuar pelo empresário da exploração e cujas datas foram condicionadas pela disponibilidade de pessoal. Também se procedeu à colheita dos demais elementos necessários à elaboração da conta de resultados da engorda e demais quadros apresentados.

As pesagens foram todas efectuadas às 8 horas da manhã tendo os animais a barriga cheia. Referem-se, por conseguinte ao peso vivo bruto. O peso vivo líquido correspondente obtém-se mediante o desconto de 10% para quebra de jejum.

Passamos a referir as pesagens, suas datas e valores encontrados.

— Primeira (1.ª) pesagem correspon-

dente ao Inventário Inicial em 14-11-68: peso vivo bruto total (p. v. b. t.) 6 882 kgs; peso vivo bruto médio unitário (p. v. b. m. u.) 254,9 kgs com um máximo de 288 kgs e um mínimo de 211 kgs.

— Segunda (2.a) pesagem em 4-12-68: p. v. b. t. 7 842 kgs; p. v. b. m. u. 209,4 kgs com um máximo de 329 kgs e um mínimo de 246 kgs;

— Terceira (3.a) pesagem em 19-12-68: p. v. b. t. 8 291 kgs; p. v. b. m. u. 307,1 kgs com um máximo de 340 kgs; e um mínimo de 260 kgs;

— Quarta (4.a) pesagem em 8-1-69: p. v. b. t. 8 814 kgs; p. v. b. m. u. 326,4 kgs com um máximo de 378 kgs e um mínimo de 282 kgs;

— Quinta (5.a) pesagem em 27-1-69: p. v. b. t. 9 384 kgs; p. v. b. m. u. 347,6 kgs com um máximo de 406 kgs e um mínimo de 308 kgs;

— Sexta (6.a) pesagem em 11-2-69: p. v. b. t. 9 757 kgs; p. v. b. m. u. 361,4 kgs com um máximo de 427 kgs e um mínimo de 320 kgs;

— Sétima (7.a) pesagem em 19-2-69

(Inventário Final): p. v. b. t. 10 030 kgs; p. v. b. m. u. 371,5 kgs com um máximo de 428 kgs e um mínimo de 332 kgs.

Os Quadros I e II de tessitura semelhante aos dos artigos anteriores, e de alguns próximos enquanto estivermos a



Gado turino leiteiro em estabulação livre.

tratar de engordas nesta exploração, parece-nos que dispensam comentários para a sua interpretação.

Por último resta-nos dizer, que aqui, em cada quilo vivo final de carne está incorporado 0,686 kgs de carne correspondente aos animais no estado de magros e 0,314 kgs de carne reposta durante o período da engorda.

QUADRO I

Consumo de alimentos e reposições

Designação	De 14/11/68 a 4/12/68	De 4/12/68 a 19/12/68	De 19/12/68 a 8/1/69	De 8/1/69 a 27/1/69	De 27/1/69 a 11/2/69	De 11/2/69 a 19/2/69	De 14/11/68 a 19/2/69
Farinha (kg)	2 275	1 875	2 350	2 500	2 200	1 300	12 500
Palha de trigo (kg)	1 620	1 215	1 600	1 330	1 050	560	7 375
Silagem (kg)	5 404	4 050	4 000	3 800	3 000	1 600	21 854
Reposições médias diárias unitárias (kg)	1,778	1,109	0,969	1,111	0,921	1,264	1,202

Conta de resultados

		TOTAIS
I — INVENTÁRIO INICIAL EM 14-11-68 — 27 bovinos machos de raça mertolenga, castrados, com a idade aproximada de 20 meses que pesaram com a barriga cheia 6 882 kgs. Descontando 10 o/o para quebra de jejum resultam: 6 194 kgs x 20\$00/kg		123 880\$00
II — ALIMENTOS		
a) Farinha — 12 500 kgs x 2\$82/kg	35 250\$00	
b) Palha de trigo — 7 375 kgs x \$30/kg	2 212\$50	
c) Silagem — 21 854 kgs x \$24/kg	5 244\$96	
d) Água — 102 dias x 1 m ³ x \$50/m ³	51\$00	42 758\$46
III — SALÁRIOS		
a) Tratador — 102 dias x 30\$00	3 060\$00	
b) Pesagens — 9 homens x 40\$00	360\$00	
c) Castração	202\$50	3 622\$50
IV — TRATAMENTOS MÉDICO-VETERINÁRIOS		1 708\$80
V — TRANSPORTES — (102 horas de geira de parelha a 120\$00/geira)		1 530\$00
VI — CONSTRUÇÕES — (Área coberta — 92,25 m ² x 500\$00 m ² = 46 025\$00).		
a) Desvalorização = $\frac{46\,025\$00}{30\text{ anos}} \times \frac{1}{2}$	767\$08	
b) Conservação — 1 o/o s/46 025\$00 x $\frac{1}{2}$	230\$12	997\$20
VII — SEGUROS		
a) Construções — 0,225 o/o s/46 025\$00 x $\frac{1}{2}$	51\$78	
b) Gado — 0,275 o/o s/123 880\$00 x $\frac{1}{2}$	170\$34	
c) Salários — 3,5 o/o s/3 622\$50	126\$78	348\$90
VIII — ADMINISTRAÇÃO E GASTOS GERAIS (8 o/o s/restantes e anteriores despesas — s/50 965\$86)		4 077\$27
IX — JUROS		
a) Construções (Quota anual de amortização diminuída da quota anual de desvalorização) x $\frac{1}{2}$	731\$03	
b) Capital fixo-vivo — $(123\,880\$00 \times 6\text{ o/o} \times \frac{1}{3})$	2 477\$60	
c) Capital circulante — $(50\,198\$78 \times 6\text{ o/o} \times \frac{1}{6})$	501\$99	3 710\$62
X — INVENTÁRIO FINAL EM 19-2-69 — 27 bovinos machos castrados, com a idade aproximada de 2 anos, de raça mertolenga que pesaram com a barriga cheia 10 030 kgs. Descontando 10 o/o para quebra de jejum resultam 9 027 kgs. As carcassas, no Matadouro de Lisboa, totalizaram 5 110,93 que foram vendidas a 38\$00/kg		194 215\$34
XI — RESULTADO FINAL		
LUCRO		11 581\$59

QUADRO II

Factores intervenientes no custo do quilo vivo líquido de carne

DESIGNAÇÃO	Por quilo repostado		Por quilo final	
	Valor	Porcentagem	Valor	Porcentagem
INVENTÁRIO INICIAL EM 26-12-68	—	—	13\$72	67,83
ALIMENTOS	15\$09	72,78	4\$74	23,41
(Farinha)	(12\$44)	(60,00)	(3\$90)	(19,31)
(Palha de trigo)	(\$78)	(3,77)	(\$25)	(1,21)
(Silagem)	(1\$85)	(8,93)	(\$58)	(2,87)
(Água)	(\$02)	(0,08)	(\$01)	(0,02)
SALÁRIOS	1\$28	6,17	\$40	1,98
TRATAMENTOS MÉDICO-VETERINÁRIOS	\$60	2,91	\$19	0,94
CONSTRUÇÕES	\$35	1,70	\$11	0,55
TRANSPORTES	\$54	2,60	\$17	0,84
SEGUROS	\$12	0,59	\$04	0,19
ADMINISTRAÇÃO E GASTOS GERAIS	1\$45	6,94	\$45	2,23
JUROS	1\$31	6,31	\$41	2,03
TOTAIS	20\$74	100,00	20\$23	100,00

CUSTO DO QUILO VIVO LÍQ. DE CARNE REPOSTA =

$$= \frac{\text{Despesas totais}}{\text{Quilos vivos líq. repostos}} = \frac{58\,753\$75}{2\,833 \text{ kgs}} = \boxed{20\$74}$$

CUSTO DO QUILO VIVO LÍQUIDO DE CARNE FINAL =

$$= \frac{\text{Inventário inicial} + \text{Despesas totais}}{\text{Quilos vivos líquidos finais}} = \frac{182\,633\$75}{9\,027 \text{ kgs}} = \boxed{20\$23}$$

(Fotografias do Autor)

Serviço de Informações Citrícolas

(Continuação da pág. n.º 654)

meios frios ou geadas temporãs ela está ainda muito tenra, motivo porque se queima facilmente.

Ao chamar a atenção de V. Ex.^a para este facto quero lembrar-lhe que ele não se verifica quando o pomar é regado por aspersão ou quando as caldeiras são suficientemente grandes para abarcarem todo o raizame das árvores. Mas, mesmo nes-

tes casos, há que regar com a frequência e a abundância necessárias para que elas não sofram sede. De contrário, as árvores agirão com as primeiras chuvas e daí resultará uma rebentação extemporânea — e até, por vezes, floração — que será queimada pelos frios do Outono ou do Inverno.

Não se julgue, porém, que a rega apenas tem influência na maior ou menor resistência dos citrinos aos frios e geadas. Ela influi também, como oportunamente veremos, no rendimento do pomar.

Trabalhos em Setembro

Nos campos

Continuar com as lavouras de abertura de restolhos, quer como decruas, quer para semear ferrejos. Iniciar a preparação para as culturas de Inverno, pelo enterramento de estrumes. Dar as últimas sachas de limpeza não deixando que as más ervas criem semente.

Iniciar as sementeiras, conforme as regiões, de plantas para enterrar em verde, (siderações), tais como tremoços, cezirão, fenacho, garroba, ou parda e serradela.

Preparar as terras para as sementeiras de trevos com ferrãs ou só de ferrãs. Uma boa preparação da terra é fundamental para as pequenas sementes. Deve estrumar, se possível, e adubar bem. Não esquecer o emprego de «bactérias» se for a primeira vez que a terra leva trevos. A rolagem é prática imprescindível na sementeira de trevos. Se puder preparar bem as terras para os azevêns tanto melhor. A sementeira entre o milho, se tem vantagens também tem defeitos e um dos maiores é dificultar o corte à gadanheira mecânica.

Plantar couves e semear legumes (ervilha e fava).

Regar ainda os luzernais depois do corte e se estiverem fracos dar-lhe uma ligeira «cobertura» de azoto nitrico.

Continuar com as colheitas do feijão e dos milhos. Ter cuidado com o armazenamento do primeiro combatendo o gorgulho e secando bem o segundo.

Nas hortas

Ceifar as hortalças que necessitem, e especialmente as couves de Inverno — bróculo, couve-flor, de penca e repolhos que serão estrumadas, cavadas ou tapadas a meio do mês, se o não tiverem sido antes.

Adubar para as sementeiras e plantações do Outono, recorrendo sobretudo a bons estrumes.

Semear verduras e condimentos (alface, chicória de Inverno, cerefolho, espinafre, pimpinela) e cenoura, nabo temporão e rabanetes.

Plantar couves (bróculo, cedovém, flor, galega, nabiça, nabo, penca, repolhos) e chicória. — Mudar chicória e escarola e outras hortalças semeadas anteriormente.

Atar alface, chicória frisada e escarola. Amontoar aipos e cardos.

Iniciar a plantação dos alhos de boa qualidade, de grande conservação, não esquecendo o ditado — «quem quer boa alheira, planta-a na sementeira».

Plantar e retanchar morangueiros para agarrarem antes do aparecimento das primeiras geadas.

Semear ervilhas e favas, das variedades mais apreciadas, ao Norte nos sítios assoalhados, a que se aplicarão cal, cinzas, gesso, superfosfato e estrumes, conforme os casos e as possibilidades.

Nos olivais

Regar oliveiras, onde for possível e se não chover, para que aguentem o fruto e particularmente as prumagens.

Aplicar nitrato às primeiras águas nas zonas frescas e regiões mais serôdias, a qual contribui para evitar a queda da azeitona ainda verde.

Vigiar os enxertos, libertando-os dos ladrões.

Prosseguir a luta contra a mosca nas zonas infestadas, com o cuidado necessário para não comprometer as colmeias.

Nos jardins

Transplantar as plantas semeadas anteriormente e que estejam em condições. — Semear açafates e agrostis, amores-perfeitos, cristas de galo, coreopsis, enóteras, ervilhas, malvas, phlox ou flamas.

Cuidar em especial das dalias, e crântemos — amparar-lhes as hastes, eliminar botões e cortar as flores já murchas.

Começar o enterramento dos bolbos, ou cebolas floríferas — anêmonas, crocus, jacintos, narcisos, rainúnculos, tulipas, etc..

Preparar as espécies de floração invernal — calceolárias ou botões, cinerárias, primaveras da China, etc., envasando-as para posteriormente serem abrigadas.

Nos pomares

Prosseguir na colheita dos frutos frescos quer para consumo em natureza e para venda, quer para conserva; — terminar a da amêndoa onde esteja aberta, o que deve acontecer por toda a parte até ao fim do mês; — iniciar a da avelã e da noz.

Iniciar, após a colheita, a poda, limpa, ou esmonda das amendoeiras e dos pessegueiros. Cortar os ladrões, que tenham aparecido sobretudo nos enxertos e nas prumagens.

Nas vinhas

Desfolhar com cuidado e parcimónia, no princípio do mês, as videiras muito enfolhadas e com os cachos averdugados, para que tomem cor.

Iniciar a vindima, esperando, quanto possível, as primeiras águas para que a maturação se complete.

Nas estrumeiras

Intensificar a preparação dos estrumes, naturais ou artificiais, aproveitando a mão-de-obra disponível.

Preparar terriços para hortas, jardins e viveiros.

Nas oficinas

Secar ao sol frutos e hortaliças diversas, enquanto o tempo o permitir, especialmente figos.

Preparar ou completar a preparação do material vinário para dar começo à vindima — lavando-o escrupulosamente e desinfetando-o.

Verificar o vasilhame e utensilagem

que estavam já preparados, para que não fiquem borolentos, ferrugentos ou com mau cheiro.

Revestir de camada de goma-laca o material de ferro que tiver de contactar com o vinho — fusos das prensas, cilindros dos esmagadores, etc..

Nas matas

Continua a fiscalização contra incêndios.

Continuam os desbastes e limpezas. Abrir e reabrir covas para plantações e retanchas.

Preparar os terrenos para as sementeiras de Outono.

Proceder à marcação de arvoredos para corte na época Outono-Inverno.

No apiário

Quando o ano corre de feição costuma-se, em certas zonas, fazer uma segunda extracção de mel, das colmeias. É um mel, quase sempre, de qualidade inferior e em pequena quantidade.

Com o fim da estação melífera começam os trabalhos próprios: retirar, desinfectar e armazenar as alças; exame atento dos ninhos para avaliar das provisões para o Inverno; reforçar com quadros de reserva as colmeias onde as provisões sejam escassas, alimentação artificial das colmeias, conforme o estado dos enxames e o decurso do tempo. De todo esse trabalho dependerá, em grande parte, o êxito da futura campanha.

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS FLORESTAIS E AQUÍCOLAS

Medidas preventivas contra incêndios nas florestas

AOS PROPRIETÁRIOS FLORESTAIS

- 1.º Proceder a roças de mato.
- 2.º Fazer os convenientes desbastes e limpezas nos povoamentos florestais.
- 3.º Remover as árvores mortas e os materiais resultantes dos cortes.
- 4.º Abrir e manter limpos de matos os aceiros (atalhadas) e caminhos florestais.
- 5.º Manter vigilância durante a época normal de fogos (Junho a Outubro).
- 6.º Criar *faixas de folhosas* orlando os aceiros e os povoamentos florestais, com castanheiros, carvalhos, eucaliptos e acácias, espécies estas mais resistentes aos fogos.
- 7.º Não fazer *queimadas* durante os períodos que apresentem *condições favoráveis* ou *muito favoráveis a fogos* e quando se realizem noutros períodos devem-se tomar todas as medidas preventivas, a fim de se evitarem fogos nas matas.
- 8.º Os proprietários florestais também devem recomendar, aos *operários que trabalham nas matas*, para tomarem todas as precauções, no que respeita a fósforos, cigarros e fogueiras quer sejam para aquecimento ou para fazer comida, devendo só fazê-las em zonas limpas de arvoredos e de mato e protegidas de vento.
- 9.º Devem recomendar aos *pastores* para tomarem todos os cuidados no que respeita a fósforos, cigarros, fogueiras e queimadas e, assim não originar fogos nas florestas e matas.

TEMAS DE ENOLOGIA

Por
NOBRE DA VEIGA
Enólogo

Elaboração de vinhos brancos secos

(Continuação do n.º 2667 pág. 531)

XXXIV

Definição

Vinho branco seco é um vinho que não tem açúcares redutores ou quando os tenha que não seja excedido o limite de 2,5 g/l. Desde que o seu teor em açúcar ultrapasse este limite, deixa de ser considerado um *vinho seco*. O seu teor em SO² também não precisa de ser elevado, uma vez que como se disse, um vinho branco seco não contém açúcares fermentescíveis ou se os contém é em doses mínimas.

Num vinho branco seco não se deve sentir o SO².

Pelo contrário deve conter uma acidez suficiente, o que obriga muitas vezes a vindimar antes da maturidade, o que equivale a dizer uma vindima precoce. Para este tipo de vinho de forma alguma convém uma supermaturação e muito menos uvas atacadas pela "*podridão nobre*" que origina a perda de aromas. Enquanto que a podridão nobre é muito benéfica para

os vinhos brancos "*adamados*", é pelo contrário muito nociva para os vinhos brancos secos.

A fermentação alcoólica de um vinho branco seco, tem de terminar completamente e a sua acidez fixa não pode ser fraca. Devem ser frutados («*fruités*»), isto é, conter os perfumes das uvas.

Tivemos ocasião de registar quando colaboramos em trabalhos de vinificação em França, que na região girondina ou bordalesa, a vindima para a obtenção de vinhos tipo seco, se iniciou nos anos de 1960 e 1961 no dia 5 de Setembro.

Nas regiões dos grandes vinhos brancos de Alsácia, que consideramos dos melhores do mundo e também na Bourgogne e Champagne, nunca se vindima com supermaturação e muito menos quando as uvas estão atacadas de podridão nobre. Se porventura há uvas «*botritizadas*» convém separá-las e destiná-las aos vinhos brancos "*adamados*".

Na elaboração de vinhos brancos secos o mosto que corre em "bica-aberta" não deve ser misturado com o mosto proveniente de prensagem, para não se prejudicar a frescura dos vinhos e demais que os mostos resultantes das prensagens, não dão vinhos de qualidade e em geral tem um sabor herbáceo.

Sulfitagem

É conveniente proceder-se sempre a uma sulfitação das massas. O SO_2 evita a oxidação e a perda de aroma. Evita igualmente a perda da acidez, visto que o SO_2 impede a fermentação malo-láctica (F.M.L.) e como se sabe a F.M.L. provoca uma perda de acidez. O ácido málico ($\text{COOH}\cdot\text{CH}_2\cdot\text{CHOH}\cdot\text{COOH}$) que é um bi-ácido, é transformado em ácido láctico ($\text{CH}_3\cdot\text{CHOH}\cdot\text{COOH}$) que tem apenas uma função COOH (ácida).

Defecação, depuração ou decantação

Esta operação a que os franceses chamam «débouillage» e que já temos visto o termo aportuguesado «deborbagem» consiste numa decantação do mosto, o que na elaboração de vinhos brancos secos é muito vantajosa. Isso consegue-se pela acção de agentes físicos essencialmente o frio, sendo muito corrente pela adição do gás sulfuroso (SO_2) que impedindo a actividade fermentativa, permite o depósito das borras e portanto a decantação do mosto isento das mesmas.

Convém que a fermentação do mosto decorra com temperatura baixa. A boa temperatura para um vinho branco está compreendida entre 20 a 25°, convindo também notar que a F.A. deve ser activa, a fim de que não pare antes de completamente desdobrado todo o açúcar. Logo que não haja mais açúcar e portanto logo que a F.A. se termine, deve-se analisar o vinho e sulfitá-lo à razão de 10 g/hl.

Deve procurar obter-se um equilíbrio acidez-álcool, tomando em linha de conta, que há sempre uma diversidade de gostos.

Teoricamente devem obter-se os equilíbrios técnicos que a seguir se indicam, sem esquecer que quanto mais graduado for o vinho, mais elevado deve ser o teor em acidez.

QUADRO XXVI

Equilíbrio álcool-acidez

Grau	Acidez sulfúrica g/l
10º	3,8 a 4,0
11º	4,0 a 4,3
12º	4,2 a 4,6
13º	4,4 a 4,9

Logo que a graduação seja superior a 13º, já não tem interesse para um vinho branco seco. Quando se procede ao seu engarrafamento o seu teor em anidrido sulfuroso (SO_2) livre, deve oscilar entre 20 a 30 mg/l.

Condução da vinificação em vinhos brancos secos

A defecação é uma operação indispensável na elaboração de vinhos brancos secos. Com esta prática enológica obtém-se uma purificação e uma clarificação parcial do mosto, que se apresenta muito turvo depois do esmagamento.

Pela acção do SO_2 cujas doses variam com diversos factores, consegue-se um repouso durante um período que vai de 12 a 24 horas. Com 10 g/hl o que equivale a 100 mg/l, pode conseguir-se um repouso de 24 horas. Esclarecemos que em geral, as doses vão aumentando à medida que aumenta a actividade na adega e em que portanto começa a haver maior proliferação de leveduras, as quais se propagam por assim dizer, por toda a zona de laboração.

Quanto à dose de SO_2 será conveniente consultar os serviços oficiais da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas ou da Junta Nacional do Vinho ou de outros organismos ligados ao vinho ou ainda o técnico assistente.

Passado aquele período de repouso, procede-se à decantação da parte límpida do mosto, que assim vai fermentar separadamente da parte constituída pelas borras em depósito. Este é formado por impurezas, detritos vegetais, substâncias mucilaginosas e pela precipitação e coagulação de taninos e matérias proteicas.

O repouso do mosto pela acção do SO_2 , pode em certos casos ser limitado a

uma só noite, o que depende de vários factores e portanto mais se impõe o conselho técnico, de um laboratório de enologia, como acima se preconizou.

Um mosto defecado tem sempre menos cor e clarifica mais facilmente por estar desembaraçado de grande parte das borras, que impedem a clarificação.

IMPORTANTE:

Como a depuração elimina uma grande parte das leveduras, o despertar da F.A. é por vezes difícil e por consequência, é conveniente fazer um fermento para activar a fermentação alcoólica (F.A.). Este deve ser preparado com castas de alta qualidade e para o fim indicadas, também se podendo recorrer às leveduras seleccionadas. Os vinhos brancos secos beneficiam sempre com a adição de um fermento. A «débouillage» tem também a vantagem de eliminar ou pelo menos reduzir, o teor em ferro dos vinhos brancos secos.

Tanto quanto a defecação é muito útil para os vinhos brancos secos, tem contudo os seus inconvenientes para os vinhos doces ou «adamados». As leveduras tem um poder de habituação e podem portanto habituar-se ao sulfuroso. É frequente que um vinho «adamado» que tenha sido defecado, fique mais magro, convido bem ao contrário que sejam como às vezes se diz «gordos».

Há enólogos que condenam totalmente a «débouillage» para os vinhos «adamados».

Nesta conformidade, teremos:

Vinhos brancos secos → Defecação aconselhada
Vinhos brancos «adamados» → Não se aconselha a defecação

Considerações sobre a fermentação alcoólica em vinhos brancos secos

A fermentação alcoólica é uma das principais operações no fabrico dos vinhos e por isso deve ser conduzida com todos os cuidados da enologia moderna.

Antigamente a F.A. fazia-se sempre

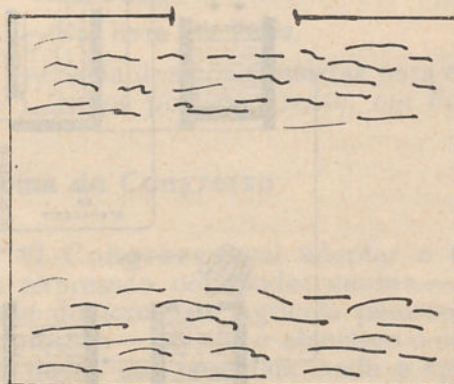
em barris de cerca de 300 litros de capacidade e hoje salvo casos especiais, infelizmente, isso só se verifica na pequena propriedade.

Os especialistas consideram o barril uma boa vasilha para a F.A.. É em geral regular, isenta de acidentes, completando-se sempre, do que resulta o desdobramento de todo o açúcar e portanto grau mais elevado. Assim é por duas razões principais: temperatura e ar. A temperatura não se eleva porque há uma grande superfície de exposição em relação ao volume de mosto. Pode-se dizer que a temperatura do barril é em geral a mesma do ambiente. Não há pois, digamos, o risco de super-aquecimento, nem de arrefecimento, nem paragens de fermentação.

No que se refere a arejamento de leveduras, o barril tem sido considerado um bom recipiente de fermentação, visto que o arejamento se faz não só pelo batique, como através dos poros da própria madeira.

Para que estas vantagens subsistam, é necessário deixar sempre um espaço vazio equivalente a uns 20 ou 40 litros. Logo que a F.A. termine deve-se atestar a vasilha diminuindo assim o vazio, para evitar a oxidação e outros inconvenientes.

Quer a F.A. decorra em barril, quer em cuba ou depósito, deve proceder-se à mistura do mosto em fermentação, visto haver sempre 3 zonas distintas como mostra o esquema.



Apesar das vantagens atribuídas aos barris, como recipientes de fermentação, verifica-se que vêm sendo abandonadas,

por razões de comodidade e por inconvenientes técnicos, de que são acusados por alguns especialistas da enologia moderna. Há quem sustente que a F.A. em barril origina uma perda de «fruité», o que é considerado um grave inconveniente para vinhos brancos secos. Além disso, o barril, é uma vasilha cara na aquisição e na conservação.

No entanto, na nossa opinião pessoal, enquanto julgamos o barril dispensável para a F.A., considerámo-lo por outro lado, absolutamente indispensável para a conservação e afinação de certos vinhos e alguns produtos vinicos.

Eis pois porque cada vez mais se vem dando preferência aos depósitos para a fermentação principal de vinhos brancos secos, que segundo a opinião de qualificados enólogos ficam com maior frescura.

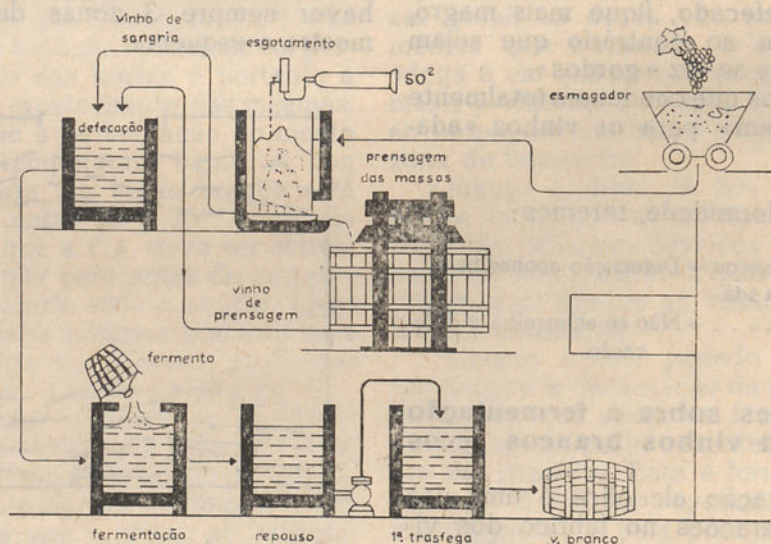
Enquanto que a F.A., melhor diríamos, fermentação principal, em barril pode ser abandonada a si própria, no depósito deve ser vigiada por causa da elevação de temperatura.

Temos conhecimento de um caso elucidativo passado em SAUTERNES (França):

Um vinicultor «sauternense» habituado a fermentar em barris e portanto com baixas temperaturas. No primeiro ano que fermentou em depósito, teve grandes aborrecimentos, visto que a F.A. ou F.P. (fermentação alcoólica ou fermentação principal) parou com 9° em vez de 18, devido a altas temperaturas. Logo que estas se verificarem deve proceder-se a um arrefecimento para 20 até 25° e a uma «levuragem». Poder-se-á remontar, mas convém ter presente que na vinificação de vinhos brancos, deve-se evitar o contacto do mosto com o ar, por causa da oxidação. Os vinhos brancos, fazemos notar, são particularmente sensíveis ao ar, cujo contacto deve ser evitado não só durante o fabrico, como também durante a conservação.

Quando usados os depósitos, o mosto à medida que vai sendo obtido do esmagamento das uvas, deve ser imediatamente bombado para os mesmos.

ELABORAÇÃO DE V. BRANCO DE BICA-ABERTA



(Esquema extraído do Grand Larousse V. 10 Pág. 835)

Notícias lá de fora

Compilação de JOSÉ LUÍS PESSOA DA GRAÇA

O jornalismo agrícola também tem os seus congressos

SOB o patrocínio da "União Internacional dos Jornalistas Agrícolas" (U.I.J.A.), vai a Associação Francesa dos Jornalistas Agrícolas realizar, de 28 a 30 de Junho de 1971 em Cannes e de 1 a 5 de Julho em Paris, o II Congresso Mundial dos Jornalistas Agrícolas.

Este Congresso, que conta com a participação de 21 países membros e 50 países convidados e em que se espera que o número de congressistas atinja os 600, obedece ao programa geral seguinte:

Dias 28 a 30 de Junho de 1971

- Recepção dos congressistas em Cannes.
- Assembleia Plenária.
- Trabalhos das Comissões.
- XV Assembleia-Geral da U.I.J.A..
- Reunião Geral dos representantes de todos os países participantes.
- Visitas técnicas e excursões diver-

sas serão efectuadas nos intervalos destes trabalhos.

Dias 1 a 5 de Julho de 1971

- Visita às realizações técnicas e periplo turístico através da França, em comboio especial.
- Encerramento solene do Congresso em Paris.
- Dia livre em Paris.
- Saida dos congressistas para os circuitos post-congresso, em França.

Tema do Congresso

O Congresso vai adoptar o tema A expressão no «poder verde» — a atitude do jornalista agrícola perante esta expressão —, sendo o objectivo o de reunir dados que permitam medir o «poder-verde» na maior parte dos países do mundo, mas, mais precisamente, definir a atitude adoptada pelo jornalista agrícola e o papel em que a imprensa, em geral, desempenha na expressão deste «poder».

Pensa-se também abordar neste Congresso o estudo do «perfil» do jornalista agrícola: formação, especialização, audiência e também as dificuldades encontradas no desempenho das suas funções.

Conferência sobre a ciência da sobrevivência

Mais de 300 investigadores e técnicos de alimentação, vindos de 50 países, participaram em Washington (D.C.), no III Congresso Internacional das Ciências e Técnicas Alimentares, no período de 9 a 14 de Agosto do corrente ano.

Foi escolhido como tema da conferência: «A Ciência da Sobrevivência». Os conferencistas trataram dos problemas que se apresentam actualmente e para as gerações futuras sobre a produção de novos e melhores alimentos.

Esta Conferência foi organizada sob os auspícios do Ministério da Agricultura dos Estados Unidos e da Comissão Internacional das Ciências e Técnicas da Alimentação (Institute of Food Technologists).

As duas anteriores reuniões desta organização mundial tiveram, lugar, a primeira em 1962 em Londres e a segunda em 1966 em Varsóvia.

Revue Agricole de l'OCDE
N.º 1 — 1970

Assinalável êxito do caracul de Angola na Bolsa de Londres

Na «Bolsa Mundial do Caracul», em Londres, obtiveram assinalado êxito os lotes de caracul provenientes de Angola, cuja cotação média atingiu 120\$ por pele.

No certame, onde são anualmente transaccionadas cerca de 10 milhões de peles por ano, os 7000 lotes provenientes da região do caracul do Sul de Angola foram largamente disputados por compradores da Alemanha, da Itália e da América, por se reconhecer a sua alta qualidade, que rivaliza com a do vizinho Sudoeste Africano, dos maiores produtores de caracul do mundo.

Angola possui uma área, considerada propícia para a exploração do caracul, estimada em 9 milhões de hectares (ou

seja, uma área superior à superfície do território metropolitano), podendo nela abrigar-se mais de 2 milhões de ovinos caracul.

Daí o valor extraordinário que esta indústria começa a ter na economia da Província, que, só em peles, poderá dar um rendimento em divisas superior a 250 mil contos por ano, independentemente do valor da carne e das peles dos animais adultos abatidos.

Recorda-se que, no ano passado, o caracul rendeu ao Sudoeste Africano e à África do Sul, cujo produto não é superior ao criado na zona sul da Angola, cerca de 1 bilião e 350 mil contos, não obstante ter atingido a saturação numérica de ovinos, por não haver mais terrenos disponíveis ou desocupados para pasto dos animais produtores.

Tratamento de madeiras

Um dos principais fabricantes sul-africanos de compostos para o tratamento de madeiras aperfeiçoou um novo processo de tratar as madeiras expostas ao tempo, evitando ou reduzindo a evaporação de água dos capilares e células da madeira, que provocam instabilidade e o ataque de fungos.

A protecção dura dois anos e pode ser renovada indefinidamente.

Cadastro Vitícola

(Continuação da pág. 617)

Holanda, Rússia, Checoslováquia, Hungria, Roménia, Bulgária, Argentina, Chile, México, República da África do Sul, Japão e muito recentemente a Síria.

O Conselho da Europa, com sede em Estrasburgo, recomenda a sua efectivação e no O.E.E. (vulgarmente designado por Mercado Comum) é o cadastro vitícola obrigatório para os países que o constituem.

Para além das conveniências nacionais que levaram o Governo a decretar proceder-se ao Cadastro Vitícola — e ele está em curso na Região dos Vinhos Verdes, no Dão, no Moscatel de Setúbal e na Madeira — há aspectos e compromissos internacionais que sobremodo o aconselham.

Será que o negativismo cego, o maquiavelismo pastarata ou a imbecilidade inata de certas pessoas pode levá-las a pensar que a não execução do Cadastro Vitícola isolará Portugal do concerto das outras nações? Onde chega a estupidez.

CAÇA E PESCA

Codornizes no Norte



É um assunto já velho de bastantes anos, desde que as Regionais adoptaram o critério de circunscrever a caça das cadornas a certas zonas. Principalmente aqui no Norte, onde durante anos quase só era à beira-mar e pouco mais no interior, com a ideia luminosa de se evitar a morte de caça indígena e ainda para proteger os proprietários de milhares ainda verdes.

Sempre me insurgi contra uma tal regulamentação, que se pouco protegia a caça indígena, provocava a aglomeração de caçadores e cães nas diminutas zonas abertas, sempre com grande prejuízo para os lavradores desses locais, que viam os seus milhares talados pela constante passagem dos caçadores.

Quer dizer: eram aqueles lavradores quem pagava a despesa...

Sempre perguntei: onde estava a justiça de uma decisão que tanto prejudicava uma pequena parte da Lavoura?

Por
ALMEIDA COQUET

E todos os anos, desde então, eu apontava o erro sem grande esperança de o ver remediado no ano seguinte: sempre em vão.

Vinha uma ou outra modificação, autorizando mais uma ou outra zona do interior, e mesmo em tal caso, talvez em virtude de um conflito — aqui há anos — entre caçadores trasmontanos e a Regional do Norte.

Prioridade Fui caçador de cadornas durante muitos anos. Não sou lavrador, mas apenas proprietário de um magro hectar de terreno para regalo meu e da família, lá para as bandas de

Viana. Também não tenho procuração da Lavoura para falar em nome dela. No entanto, embora caçador viciado durante muitos anos; não posso deixar de dizer que deve ter a Lavoura prioridade absoluta neste assunto; e o desporto da Caça em segundo lugar.

Então nos tempos que vão correndo, em que o milho não chega a dar 45\$00 a a arroba ao lavrador, mais respeito se deve ter por cada pé de milho junto do qual passamos na busca de alguma mísera codorniz que ainda possamos topar...

Faz-me isto lembrar um artiguelho que há anos publiquei numa revista da Lavoura nortenha, por ocasião de aqui se começar a utilizar os semeadores para o milho e feijão, quando até então se fazia sempre a sementeira à mão. E dizia eu, que assim menos milho se partia na caça da codorniz, visto que o caçador podia caçar ao longo das carreiras — ou corredores — e quando de través, sempre com terreno livre, sem os inconvenientes dos pés de milho irregularmente dispostos à frente do caçador. Até os perdigueiros pareciam preferir caçar ao longo das carreiras.

... em 1970 Eis-me com o edital deste ano aqui à minha frente. Parece que ampliaram bastante os locais onde será permitido caçar cadornas a partir de 1 de Setembro. Deus seja louvado! até que enfim seguiram o que tanto tenho prégado: que seja sempre em 1 de Setembro o começo da caça à codorniz!

Tenho a certeza que o não fizeram para me ser agradável, mas apenas — e muitíssimo bem — porque reconheceram o erro anterior de tantos anos. Assim é que está certo; e ainda bem, pois mais vale tarde que nunca.

Isto de datas especiais para cada género de caça não dá muito certo entre nós. E muito menos desde que haja terreno de caça livre. Se a caça entre nós abrisse no dia 1 de Setembro para todas as espécies, dividiam-se os caçadores por muito mais vastas áreas, consoante as suas preferências, havendo apenas que impedir a venda da caça até talvez fim de Outubro.

Profissionais E já que falei em venda de caça, vem a talho de foice **pedir a quem de direito** para terminar com essa barbaridade da alínea d) do art. 45.º:

"licença de caça com fim lucrativo"

Não me compete aqui delinear o processo da venda de caça aos comerciantes, restaurantes e hotéis. Mas não me parece difícil estabelecer um processo racional e justo, baseado em dois pontos essenciais:

- a) a venda da caça morta nas coutadas;
- b) a caça criada em estabelecimentos próprios.

Bem difícil foi fazer vingar em França a lei que proibiu a venda das trutas de *rivière*, apenas permitindo a transacção com trutas criadas em estabelecimentos industriais próprios. E nós já temos um desses estabelecimentos, em Paredes de Coura. Porque não estabelecer idêntico processo para a caça indígena?

Volto sempre a bater na mesma tecla: precisamos de gente que trabalhe, que produza, e não apenas de empregados de escrivania... Principalmente de quem queira estudar estes assuntos e pôr em prática aquilo que se faz noutros países, apenas modificando o preciso de acordo com as nossas leis basilares de propriedade e outras a considerar.

Épocas de caça Não concordo com os saltos constantes das aberturas... e até dos «fechos». Não nos serve o modelo inglês, visto que a propriedade, na Grã-Bretanha, é considerada em absoluto como só usufruída pelo seu proprietário ou detentor legal. Se eu, percorrendo uma estrada naquelas ilhas, sair da estrada e entrar em qualquer mata ou campo, mesmo que a mais insignificante sebe marque o seu limite, fico imediatamente sujeito a ser conduzido à autoridade local e julgado pelo crime de *"trespass"*. O dicionário de John Walker define assim: *"unlawful' entrance on another's ground"*.

Entre nós já não é assim. E a única coisa que nos pode ser exigida é uma indemnização(?) por prejuízos causados.

Mas há uma coisa que nos serve de modelo na lei inglesa: a fidelidade às datas de abertura e fecho para a prática da caça e pesca, apenas com pequena diferença entre as leis inglesa e escocesa.

Temos assim, na caça, aberturas: em 12 de Agosto, *grouse*, narceja e *ptarmigan*; 20 de Agosto, *black game*; 1 de Setembro, perdiz, 1 de Outubro, faisões. E assim por diante...

Em resumo, o que nos falta é uma **regra certa e constante...** e quem no-la faça respeitar. Isso então tem uma importância enorme. Mas temos aqui a autoridade dividida por muitas corporações. E uma delas — a mais eficiente — não chega para as encomendas; e as outras, ou constituem uma pequena força, ou não estão para massadas.

Tenho ou não tenho razão nas queixas que apresento?

Dez dias de penitência... Há coisas que não consigo compreender. Mas, sem dúvida, deve ser falha no meu entendimento. No entanto, pergunto: porque se pára a caça da codorniz em 5 de Outubro, até ao dia 15? Sem dúvida para descansar, ou então, para fazer penitência, pelo mau comportamento, nosso... ou dos perdigueiros.

Mas vá lá, que dez dias pouco tempo é e os «esperistas» das rolas terão tempo para preparar novas munições para as passagens tardias. Ou então, preparar novas cargas para as próximas perdizes. Quantos desenganos e ilusões desfeitas no dia 15 de Outubro à tarde!

Ainda bem que começa em breve o novo campeonato de futebol... e o totobola!

E como nota final desta crónica, já vi no jornal os primeiros acidentes de caça às rolas, lá para o Sul: uma chumbada num caçador e uma arma que rebentou.

Cuidado, camaradas, vejam bem para onde atiram e que munições vão utilizar.

Sem falar no estado da arma...

Um povoamento florestal demora muitos anos a produzir em condições económicas.

Porém, em escassas horas, um incêndio pode inutilizá-lo.

Cumprе ao homem defender a Floresta de uma destruição que a ninguém aproveita.

* * *

Todos os dias nos chegam notícias de diversos pontos do País relatando incêndios de maior ou menor monta.

Mais uma vez se chama a atenção para que sempre que percorram uma mata utilizem todos os cuidados para evitar a perda de tantos e tantos benefícios e riquezas que num instante podem ficar reduzidos a desolação e cinza.

* * *

Da floresta vivem, exclusivamente, milhares de portugueses; dela tiram o seu pão.

Na medida em que cada um de nós contribuir para que ela não seja pasto das chamas, está igualmente colaborando para o bem da comunidade.

* * *

Uma imprevidência praticada numa fracção de segundo, pode ser responsável pela perda de vidas, por anos de trabalho e por milhares de contos de prejuízo, tudo perdido na voragem do incêndio.

Não queiramos, por um descuido nosso, tornar-nos responsáveis por males de tamanha grandeza.

Serviço de CONSULTAS

REDACTORES—CONSULTORES

Prof. António Manuel de Azevedo Gomes — do *Instituto S. de Agronomia*; Dr. António Maria Owen Pinheiro Torres, Advog.; Dr. António Sérgio Pessoa, Méd. Veterinário; Artur Benevides de Melo, Eng. Agrónomo — *Chefe dos Serviços Fitopatológicos da Estação Agrária do Porto*; Prof. Carlos Manuel Baeta Neves — do *Instituto Superior de Agronomia*; Eduardo Alberto de Almeida Coquet, Publicista; Dr. José Carrilho Chaves, Médico Veterinário; José Madeira Pinto Lobo, Eng. Agrónomo, J. Pinto Machado — *Arquitecto*; Mário da Cunha Ramos, Eng. Agrónomo — *Chefe do Laboratório da Estação Agrária do Porto*; Pedro Nuncio Bravo, Eng. Agrónomo — *Director da Escola de Regentes Agrícolas de Coimbra*; Vasco Correia Paixão, Eng. Agrónomo — *Director do Posto Central de Fomento Apícola*.

I — AGRICULTURA

N.º 53 — Assinante n.º 41 393 — *Figueira de Castelo Rodrigo*.

HERBICIDAS

PERGUNTA — Venho pedir o favor de me dar instruções para destruir duas pragas que tenho na minha quinta, nesta localidade.

A primeira, é, o *balanco*, e a segunda muito pior, que é o *cardo*. Por mais que se arranquem, logo tornam a rebentar.

Tenho a praga na vinha e em terras de trigo e de batata e milho.

Haverá algum produto para destruir estas pragas?

RESPOSTA — Contra os cardos, em terras de trigo, existem no mercado muitos herbicidas seguros, entre eles os derivados do M.C.P.A. (ácido metilclorofenolacético). A Brigada Agrícola da Região pode informá-lo. Para o *balanco*, ainda em terras de trigo, o caso é um pouco mais difícil de resolver. Tem sido ensaiado, recentemente, entre nós, um herbicida selectivo, derivado da ureia, com bons resultados em aplicação post-emergência — desde a existência de três folhas da planta, até ao fim do afolhamento. O número 254, de Junho p.p. do «Jornal da Federação Nacional dos Produtores de Trigo», fala neles. Herbicidas selectivos para terras de vinha e milho encontram-

-se vários no mercado, com base na atrazina, D.N.O.C., simazina e outros compostos.

A Brigada poderá também informá-lo.
— M. Ramos.

II — FRUTICULTURA

N.º 54 — Assinante n.º 45841 — Maia.

TRANSPLANTAÇÃO DE ÁRVORES ADULTAS

PERGUNTA — Rogo a fineza de me informar como devo fazer para mudar algumas laranjeiras já adultas.

Tenho todo o interesse, se for possível, em transplantar essas árvores.

RESPOSTA — Não tem muito interesse a transplantação de árvores adultas de qualquer espécie, já porque é cara, já porque desta resultam indivíduos muito diminuídos nas suas possibilidades.

A transplantação das laranjeiras, e dos citrinos em geral, deve fazer-se a seguir às primeiras águas, antes do Inverno, ou na Primavera, nunca durante o período de geadas violentas. Nas regiões onde há a temer estas, deve reduzir-se a época da transplantação à Primavera.

As árvores a transplantar deverão ser previamente podadas, uma poda violenta, reduzindo-se a copa de acordo com o que se pode aproveitar das raízes, por forma a que a relação entre o volume das raízes e da copa se continui a manter.

Assim a redução, nas árvores de maior porte, deverá ser mais intensa do que na das árvores menos desenvolvidas, pois, nas primeiras, por mais cuidados que haja cortam-se proporcionalmente muito mais raízes, pois não é possível arrancá-las com um grande torrão, como seria desejável, para a conservação do seu sistema radicular.

Desta forma, nas árvores de maior porte há necessidade de reduzir a copa pelas pernadas secundárias, já nas mais pequenas bastará reduzir a copa a metade do seu volume primitivo.

Os cortes devem ser feitos sempre por ramos laterais, nunca em talão, e os golpes deverão ser sempre bem rentes, junto ao ramo lateral, e lisos.

O arranque deve ser feito com todo o cuidado, abrindo-se uma vala circular à volta da árvore, afastando-a do tronco mais ou menos de acordo com a extensão do sistema radicular e as possibilidades de remoção do torrão que se vai formar.

Não convém desfazer, quer durante o arranque quer durante o transporte, o torrão que se constitui e que se deve proteger, para o que se pode revestir de esteiras bem apertadas a este, ou tábuas, igualmente bem atadas, constituindo como que aduelas.

Esse torrão será tirado da cova feita e transportado, conforme o seu volume, a braço, em carro ou tractor, para o local da nova plantação, tendo o cuidado de se não desfazer.

A cova destinada a plantação deve ser ampla, de acordo com o tamanho do torrão.

Após a colocação do torrão deve fazer à volta deste uma estrumação, protegendo sempre as raízes do contacto do estrume.

Seguidamente deve regar-se sempre, mesmo que o tempo esteja chuvoso, para se conseguir a aderência do conjunto ao terreno.

Durante a Primavera e Verão seguintes devem fazer-se duas ou três aplicações dum nitrato, com o fim de acelerar a reconstituição da árvore, em quantidades dependentes do tamanho da árvore — 100 gr a 1 kg, e as regas devem ser frequentes.

No ano seguinte deve fazer-se a monda dos rebentos deixando-se apenas os que interessem à reconstituição da copa. — Madeira Lobo.

Todo o lavrador português tem inúmeras vantagens em assinar a *Gazeta das Aldeias*. Aconselhe-a aos seus amigos, a quem ela possa interessar.

III — VITICULTURA

N.º 55 — Assinante n.º 46 256 — Porto.

ESTRUME ARTIFICIAL — ADUBAÇÃO DA VINHA

PERGUNTA — 1.ª Como não tenho gado para fazer estrumes, por não ter quem me olhe por ele, lembrei-me de, com palha de centeio que o caseiro deixou e juntamente com ervas dos campos, fazer uma meda e aplicar-lhe o adubo Cianamida cálcica em camadas alternadas com erva e palha; e, depois passados dois meses, desfazer a meda e voltar a fazê-la com a aplicação de adubo Ureia. Farei bem assim?

2.ª Na mesma propriedade tenho umas ramadas com videiras que já têm mais de 20 anos. Algumas estão muito fracas, com varas deste ano pouco puxadas. Não sei se estarão cansadas ou com doença na raiz. Lembrei-me de mandar aplicar, este mês, um bocadinho de Nitrolusal ou outro adubo que entendam e a seguir regar.

Será melhor em furos ou a lanço?

Será ou não aconselhável adubar?

Será ou não aconselhável fazer a adubação este mês?

RESPOSTA — 1.ª O estrume artificial pode-se preparar de várias maneiras, quer em função dos adubos azotados e fosfatados que se utilizam, quer em relação aos teores de N e P que se pretendam obter.

E' vulgar prepará-lo empregando 20 kg de Cianamida e 15 kg de Fosfato Tomás por tonelada de palha ou detritos orgânicos. As medas, que poderão alcançar os 2^m de elevação, recebem, por cada camada de 20 cm de altura, os adubos referidos na proporção competente. De cada vez rega-se abundantemente, e, depois da meda feita, deve-se sempre conservar a humidade precisa para a boa fermentação. Há vantagem em utilizar plataformas impermeáveis e em condições de recolher o chorume, que se lança de novo à pilha.

2.ª Uma adubação só pode favorecer a vinha. A época já está muito adiantada. De Dezembro a Fevereiro, conforme a

quantidade de chuva própria da região, é preferível. Quanto mais chuvoso, mais tarde. O adubo devia conter azoto, fósforo e potássio. O Foskamónio, ou outro semelhante, serve. Em vinha de ramada, 300 gr por pé, em furos, covachos ou caldeiras. — M. Ramos.

VII — PATOLOGIA VEGETAL E ENTOMOLOGIA

N.º 56 — Assinante n.º 43 004 — Louzã.

PEDRADO DA MACIEIRA

PERGUNTA — Tenho um pomar de macieiras «Golden Delicious» e «Starking» com 5 anos, que se têm desenvolvido bem e com bom aspecto, mas este ano muitas apresentam as folhas e frutos com o aspecto que revelam as amostras que envio. Têm sido tratadas com «Pomarsol forte» e «Gusathion M. 50» (Bayer).

Muito grato ficaria se se dignasse indicar-me o mal de que as macieiras sofrem e qual o tratamento a fazer.

RESPOSTA — As folhas e frutos de macieira que constituíam a amostra que nos remeteu apresentavam nítidos sintomas de «pedrado». Galerias provocadas pelo «bichado da fruta» não foram observadas nos frutos remetidos.

O esquema de tratamento seguido pelo senhor consulente feito à base do fungicida «Pomarsol forte» (Tirame) e do insecticida «Gusathion M» (azinfos-metilo) visou reduzir simultaneamente a incidência daquelas duas «pragas». Porém a utilização do fungicida «Pomarsol forte» com vista a uma actuação preventiva contra o «pedrado» não é de recomendar. Em sua substituição deverá do mesmo fabricante, utilizar um produto como Propinebe ou mesmo o Zinebe.

O emprego do insecticida «Gusathion M» com vista ao combate ao «bichado» é de continuar devendo sempre ser aplicado com os devidos cuidados a partir de 15 de Maio, com um intervalo de 12 dias, e até 3 semanas da colheita. Este produto é venenoso. — Benevides de Melo.



INFORMAÇÕES

Calendário de Setembro

Durante este mês a duração do dia é de 13 h. e 04 m. em 1 e de 11 h. e 52 m. em 30.

DATAS	SOL		LUA	
	Nasc.	Pôr	Nasc.	Pôr
1 Terça	6. 4	19. 8	6.31	19.20
2 Quarta	6. 5	19. 7	7.29	19.41
3 Quinta	6. 6	19. 5	8.28	20. 2
4 Sexta	6. 7	19. 4	9.28	20.25
5 Sábado	6. 8	19. 2	10.31	20.51
6 Domingo	6. 9	19. 1	11.35	21.21
7 Segunda	6.10	18.59	12.42	21.59
8 Terça	6.11	18.58	13.49	22.49
9 Quarta	6.12	18.56	14.51	23.48
10 Quinta	6.13	18.55	15.47	*
11 Sexta	6.14	18.53	16.35	0.57
12 Sábado	6.15	18.52	17.14	2.14
13 Domingo	6.16	18.50	17.47	3.33
14 Segunda	6.17	18.48	18.17	4.51
15 Terça	6.18	18.46	18.44	6. 8
16 Quarta	6.18	18.45	19.11	7.25
17 Quinta	6.19	18.43	19.39	8.40
18 Sexta	6.20	18.41	20.11	9.55
19 Sábado	6.21	18.40	20.48	19. 9
20 Domingo	6.22	18.38	21.31	12.20
21 Segunda	6.23	18.37	22.22	13.24
22 Terça	6.24	18.35	23.20	14.19
23 Quarta	6.25	18.34	*	15. 6
24 Quinta	6.26	18.32	0.20	15.44
25 Sexta	6.27	18.31	1.22	16.15
26 Sábado	6.27	18.29	2.24	16.41
27 Domingo	6.28	18.28	3.25	17. 5
28 Segunda	6.29	18.26	4.23	17.26
29 Terça	6.30	18.24	5.22	17.47
30 Quarta	6.31	18.23	6.21	18. 8

Q. C. em 8 às 19 h. e 38 m.; L. C. em 15 às 11 h. e 10 m.; Q. M. em 22 às 9 h. e 42 m.; L. N. em 30 às 14 h. 32 m.;

Estado das culturas em 31 de Julho

Informação fornecida pelo Instituto Nacional de Estatística

Durante o mês de Julho predominou o tempo quente e seco, com temperaturas normais para a época, tendo-se registado, no entanto, em alguns locais, períodos de céu encoberto e ligeiros chuviscos.

As culturas em curso, e em especial as dos terrenos com disponibilidade de água, foram favorecidas por estas condições.

As culturas de regadio apresentam regular aspecto vegetativo. As áreas ocupadas por milho, feijão e batata, em cultura regada, são iguais às registadas o ano passado, no que respeita às duas primeiras culturas, acusando a terceira uma quebra de 40/o. Relativamente às médias do decénio, regista-se uma ligeira baixa em relação a qualquer das três culturas.

A colheita de cereais praganosos decorreu normalmente. O tempo foi favorável aos trabalhos de transporte, debulha e recolha do cereal. Para o trigo verifica-se um rendimento médio inferior ao previsto no mês anterior, mas ainda superior ao do ano passado em 50/o. Em relação à média do decénio, o rendimento é semelhante. Para o centeio, confirma-se a previsão do mês anterior.

Em relação ao grão-de-bico e feijão de sequeiro verifica-se também um rendimento médio inferior ao previsto no mês anterior. Para o primeiro, — 70/o e — 130/o em relação ao ano passado e à média do decénio, respectivamente. Para o segundo, embora a previsão seja inferior à do mês anterior, verifica-se um rendimento ainda superior ao do ano passado em 40/o. Relativamente à média do decénio, o rendimento é semelhante.

No que respeita ao milho de sequeiro, os rendimentos previstos, quer em relação ao do ano passado quer em relação à média do decénio, são semelhantes aos do mês de Junho.

Em primeira estimativa de colheita avaliam-se as produções de aveia e cevada em 75 e 53 milhares de toneladas, que equivalem, respectivamente, a — 50/o e — 30/o em relação às anteriores e a — 140/o e 150/o em relação às produções médias do último decénio.

Ainda em primeira estimativa, prevê-se uma produção de batata de sequeiro de 540 milhares de toneladas que corresponde a + 8 o/o e + 14 o/o em relação às produções do ano anterior e do último decénio, respectivamente.

A 2.ª estimativa da produção de fava confirma a anterior, prevendo-se uma colheita de 24 mil toneladas, inferior à verificada no ano anterior em — 14 o/o.

Os arrozais, favorecidos pelas condições atmosféricas observadas ao longo do mês, apresentam regular desenvolvimento, mantendo-se, no entanto, um certo atraso vegetativo, como resultado das más condições em que se iniciou o seu período cultural.

Relativamente às culturas arbóreas e arbustivas, a situação mantém-se semelhante à referida no mês anterior, prevendo-se produções superiores às do ano passado para a uva, azeitona e ameixa, e inferiores para a maçã, pera de verão e pêssego. Os citrinos e montados apresentam bom desenvolvimento vegetativo.

De salientar, ainda, as amendoeiras, com uma produção superior à do ano passado, em + 57 o/o. Este aumento de produção verificou-se, sobretudo, nas regiões do Sul do país.

As culturas de Primavera encontraram boas condições de humidade no solo, tendo germinado regularmente.

A cultura de tomate continua, no entanto, a denotar um certo atraso devido às más condições atmosféricas verificadas anteriormente.

As pastagens sofreram com o tempo seco e quente, exceptuando-se, no entanto, as das zonas regadas, onde o seu aspecto vegetativo é bastante regular.

A alimentação dos gados processou-se regularmente, havendo, no entanto, a registar em alguns locais, dificuldade na obtenção de matéria verde, tendo-se recorrido a feno e palhas.

Nas feiras e mercados não se verificaram oscilações apreciáveis nos valores dos produtos agrícolas e pecuários. De assinalar, no entanto, a baixa cotação da batata e de algumas espécies de fruta, em consequência de oferta abundante.

Os trabalhos próprios de época decorreram normalmente, tendo-se efectuado ceifas e debulhas de cereais de praga, sachas e regas de milho, colheita de batata, corte de forragens, tratamentos fitossanitários nas vinhas e pomares, etc.

Mantém-se a escassez de mão-de-obra agrícola, especialmente nas regiões onde a mecanização é mais deficiente.

Achegas para um plano de ordenamento rural

(Continuação da pág. n.º 632)

organizadas e equipadas, de estabelecer actividades suficientemente desenvolvidas e de proporcionar um nível de vida razoável. O campo, tal como os centros urbanos, carece de organização, de ambiência e de harmónica distribuição demográfica e geográfica. A verdade, é que sem povoamento se não justificam razões de desenvolvimento.

Para além de outras tarefas, a prevalência da doutrina em matéria de Bem-Estar Rural deverá inserir as seguintes acções: criação de aldeias-centro, dotação do respectivo equipamento social e de serviços, equipamento colectivo (águas, esgotos, electricidade), fomento de unidades industriais (para efeitos de descentralização e de repovoamento demográfico), criação de mercados-gare regionais, planificação escolar bem esquematizada, intensivas campanhas de mentalização e dinamização das populações integradas em técnicas de desenvolvimento comunitário, educação sanitária, utilização, restauração e respeito de tudo o que se refere ao património arquitectónico-artístico imobiliário que tanto abunda no meio rural, actuação turística como acção complementar ao rendimento agrícola, protecção, revalorização e aproveitamento das zonas paisagísticas e termas, fomento habitacional, reestrutura dos municípios rurais no sentido de que a sua actividade e função seja mais ampla, menos condicionada e mais independente, renovação de aldeias dotadas de potencialidades dignas de futuro aproveitamento, inventário do domínio construído e não construído, formação de novos centros rurais em zonas desertas e depressivas, aproveitamento social e agrário dos grandes regadios, criação de centros agrícolas de apoio a nível regional, etc., etc.

Muito embora estas tarefas possam, à primeira vista, parecer dissociadas, a realidade é que cada uma delas constitui um todo indissociável para se atingir uma forma ideal de Bem-Estar Rural.

Propagar e difundir a GAZETA DAS ALDEIAS, concorrendo para o aumento da sua assinatura, é um dever que se impõe aos que da Terra e para a Terra vivem

as ervas custam dinheiro!

Sim, a jorna das pessoas que as arrancam!

**poupe dinheiro!
poupe mão de obra!**

'Gramoxone'

É económico.

É fácil de preparar.

Aplica-se com qualquer tipo de pulverizador.
Destroi rápida e eficazmente as ervas daninhas.

É a sacha mais rápida para a sua vinha,
para o seu pomar, batata, ou tomate.

Para todo o tipo de culturas.

'Gramoxone'

SACHA QUÍMICA PARA AS SUAS CULTURAS!



ANTES DE USAR LEIA O RÓTULO



Companhia União Fabril

Sociedade Agrícola da Quinta de Santa Maria, S. A. R. L.

OS MAIORES VIVEIROS DO NORTE DO PAÍS

Plantas vigorosas e devidamente seleccionadas, de fruto, barbados americanos, *arbustos* para jardins, para sébes, para parques e avenidas, *roseiras*, *trepadeiras*, etc.

Serviços de assistência técnica e Instalação de pomares

No seu próprio interesse, visite os n/ viveiros

Peça catálogo grátis

Fornecimento de animais das melhores procedências, rigorosamente seleccionados e acompanhados de registo genealógico.

□ *Gado bovino leiteiro* (Holstein-Frisian)

□ *Suínos da raça Yorkshire* (Large White)

5684

Todos os fornecimentos de animais são feitos por encomendas previamente confirmadas.

Departamentos de venda:

Viveiros: — Carreira — Silveiros (Minho) — Telef. 96271 — NINE

Gados: — Apartado 4 — Barcelos — Telef. 82340 — Barcelos

Moto-Bombas BERNARD e ILO

Para maiores colheitas regue com uma moto-bomba "BERNARD" ou "ILO"

Motores "Bernard"

a Petróleo e Gasóleo

Grande rendimento

Baixo consumo

Consulte:

Centro Agrícola e Industrial, Lda.

Aduos - Máquinas Agrícolas - Sementes

307, Rua de Santa Catarina, 309

Telef. 25865/6 — PORTO — Teleg. «AGROS»

Aproximam-se as VINDIMAS



Pensem no vosso **MATERIAL VINÍCOLA** e consulte-nos sobre *Prensas, Esmagadores, Bombas de trasfega de vinhos*, mecânicas ou manuais, *Tubagens especiais para a condução de vinho*, *Máquinas de arrolhar*, *Acessórios e Ligações metálicas para lagares*, etc.

Casa Cassels

Rua Mousinho da Silveira, 191 — PORTO
Telefones: 28211/12/13



Com

TARTRIX

não tenha preocupação de vasilhas!...

— Avenida Rodrigues de Freitas, 68 — PORTO

Grande Concurso Guerra ao Míldio com Polyram-Combi

No sorteio final realizado em 3 de Agosto, no Hotel Mundial, em Lisboa foram sorteados os nomes dos mil premiados.

Os 10 primeiros prémios couberam a:

- 1.º prémio — **1 Tractor «Agria», modelo 4800, 19 CV**
Humberto da Silva Cardoso, Herds. Palmela
- 2.º prémio — **1 Motocultivador «Agria», modelo 3800 G, 17 CV**
Joaquim Saldanha Soares Bouças — Sandim — Famalicão
- 3.º prémio — **1 Motocultivador «Agria», modelo 1700, 10 CV**
José Ferreira Alves Volta de Água Castelões de Recesinhos Penafiel
- 4.º prémio — **1 Atomizador «Holder», modelo Supra 60**
Pedro Escola Alves Barril — Encarnação — Mafra
- 5.º prémio — **1 Atomizador-polvilhador «Platz», modelo Boss 64**
Américo Lopes Morais Póvoa de Luzianos — Nelas
- 6.º prémio — **1 Atomizador-polvilhador «Holder», modelo Supra 40**
António Marques Pereira da Silva Banco Nacional Ultramarino Torres Novas
- 7.º prémio — **1 Atomizador-polvilhador «Platz», modelo Gnome 41**
Elísio Ernesto dos Santos Sanginhal — Bombarral
- 8.º prémio — **1 Atomizador-polvilhador «Tomix», modelo L 35**
José António Rosa da Fonseca Quinta da Caridade Aveiras de Baixo — Azambuja
- 9.º prémio — **1 Atomizador «Hipólito»**
Bernardino da Costa Ramos Lugar do Casal Fornelo Vila do Conde
- 10.º prémio — **1 Tonelada de Nitrophoska**
Maria da Conceição Serrazina Rua Nova Todos os Santos, 15 Cartaxo

Os restantes 990 premiados serão avisados directamente, pelo correio.

BASF — Portuguesa, SARL

4462

Os produtos da

UMUPRO

LYON - FRANCE



“Umurat” Cube

3139

Raticida moderno à base dum anticoagulante do sangue.

Agindo por hemorragias internas sem sintomas alarmantes para os restantes. Em cubos prontos a utilizar mas recuperáveis quando não consumidos.



“Helicide granulado”

Produto efficacíssimo na extinção dos caracóis, à base de metaldeído.

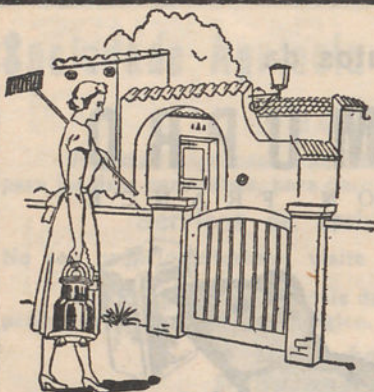


“Umucortil granulado”

Para combate aos ralos à base de clordane.

são distribuídos em Portugal por
Ferreira, Rio & C.ª, L.ª

Rua do Almada, 329-1.º — Telef. 23007 — PORTO



"VIBRO-VERTA"

A BOMBA SUBMERSÍVEL ELECTROMAGNÉTICA

PARA:

Usos caseiros - Pequenas regas - Lavagens a pressão
BARATA * CONSUMO INSIGNIFICANTE * PORTÁTIL
Não requer cuidados nem instalação especial
Liga-se a qualquer linha monofásica da iluminação
Demonstrações grátis

REPRESENTANTE GERAL J. L. DUARTE DE ALMEIDA, SUC. RA
PARA RUA DE S. MIGUEL, 61 - PORTO
PORTUGAL E ULTRAMAR TELEF. 26515

Seitz Seitz-Werke

Alemanha - Ocidental

Os mais modernos filtros com lavagem automática, bem como conjuntos de enchimento inteiramente automáticos, além de:

Filtros Esterilizadores

Filtros Kieselgur

Máquinas de Lavar

Máquinas de Rolhar

Máquinas de Encher

Máquinas de Capsular

Máquinas de Rotular

Amiantos * Placas Filtrantes
e Esterilizantes

REPRESENTANTE NO NORTE DO PAÍS:

António G. Pinto de Freitas

PRODUTOS ENOLÓGICOS E MATERIAL DE LABORATÓRIO

41, Rua Saraiva de Carvalho, 47

Telefones, 27350/36712

PORTO

Moto-Ceifeiras

alemãs, com motor JLO

a Esc. 9.975\$00



Gutbrod

Agência Geral Gutbrod

Rua de José Falcão, 152-156

Telefs. 20947 e 20948 - PORTO



Funda Elástica

S/ MOLAS E S/ PELOTAS

CASA XAVIER

Albino Pinheiro Xavier, Filhos

ORTOPEDISTAS

164, Rua dos Caldeireiros, 165 - PORTO

Telefone, 22908

1701



Antes da vindima pense no que precisa:

- **Tartrix** — para lavar e desinfetar vasilhas
- **Wino** — O mastique ideal de empostigamento e repasses
- **Acidímetro acal**
- **Cristais de enxofre** (Metabisulfito de potássio)
- **Solução sulfurosa ou sulfuroso líquido**
- **Ácido tartárico**
- **Ácido cítrico**
- **Goma laca, etc., etc.**

4048

e peça à **acal** — Avenida Rodrigues de Freitas, 68 — PORTO
que lhe enviará, a pedido, grátis, o folheto

CONSELHOS SIMPLES PARA O FABRICO DE VINHOS

Galinhas

Evita e combate doenças de todas
as aves . . . **AVIOSE**

Suínos, Bovinos

(Contra o fastio)—Fortifica e engorda
. . . **VITA-CEVA**

Leitões - Vitelos

Indicado em todas as desenterias,
complicações intestinais, etc.
. . . **SOLTURIN**

Animais - Aves - Rações

Preparam-se juntando aos cereais ou
resíduos «**Cálcio + Vitaminas e
Antibióticos**» (Mais economia e
eficiência)

Laboratório da Farmácia Pinho
GUIA — LEIRIA

4309

RAÇÕES

E CONCENTRADOS
PARA ANIMAIS



**MAIORES
PRODUÇÕES**

**MENOR CUSTO
DE PRODUÇÃO**

PROVIMI PORTUGUESA

R. FILIPE FOLQUE, 2-2.º — LISBOA
TELEFONES 4 21 11/2/3

R. SA DA BANDEIRA, 746, 2.º-Dio.
TELEFONE 3 00 69 PORTO

VENDEDORES EM TODO O PAÍS

4451

Motores e Grupos de Rega

VILLIERS



MOTORES A PETRÓLEO

QUATRO TEMPOS

MARK 12, MARK 15, MARK 25, MARK 4/3B
1,5 HP 2,5 HP 3 HP 5,5 HP

GRUPOS DE REGA DE

1 1/2" 2" 2 1/2" 3"

ENCONTRÁ-LOS-A NAS BOAS CASAS DA SUA REGIÃO

REGUE COM VILLIERS E REGARÁ TRANQUILO

AGENTES GERAIS EM PORTUGAL

SOCIEDADE TÉCNICA DE FOMENTO, LDA.

PORTO — Av. dos Aliados, 168-A
Telef. 26526/7

LISBOA — R. Filipe Folque, 7-E e 7-F
Telef. 553393-555389 3532

Folhas de Registo de Lagaradas

muito úteis ao vinicultor

10	6\$00
20	10\$00
50	20\$00
100	35\$00

Porte e registo incluídos

Pedidos à GAZETA das ALDEIAS

PARA AS GALINHAS

USAR o conhecido **DESINFECTANTE ZAP** 2692
ENÉRGICO, ACTIVO, EFICAZ

Aplica-se nos bebedouros das aves e é INOFENSIVO para os animais domésticos

Com o desinfectante ZAP as galinhas não se contaminam
Frasco pequeno - 15\$00 * Frasco grande - 50\$00

Vende-se em todas as farmácias, drogarias, aviários, etc.



DISTRIBUIDORES
GERAIS

Vicente Ribeiro
& C.ª

R. dos Fanqueiros 84, 1.º, Dt.ª
L I S B O A



acal

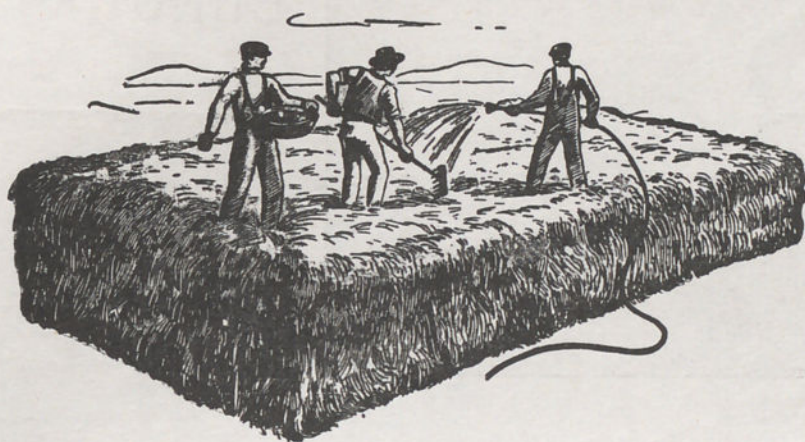
Para **maquinaria enológica**, recorra a um
fornecedor especializado...

— Avenida Rodrigues de Freitas, 68 — PORTO
está nas condições.

4489

*O Caminho de Ferro é o transporte ideal,
pois é seguro, rápido, prático e económico.*

1593



Snr. Lavrador

A matéria orgânica é
indispensável para se obter
bons rendimentos.

Transforme as suas
palhas em óptimo estrume
utilizando

CIANAMIDA CÁLCICA

(CAL AZOTADA)

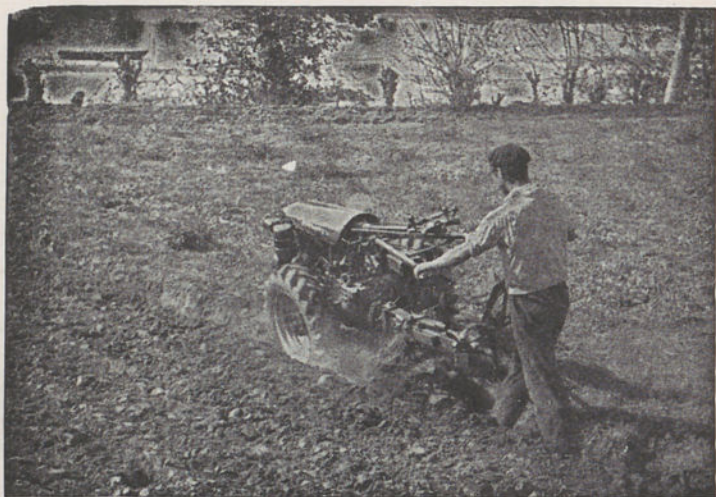


COMPANHIA PORTUGUESA DE FORNOS ELÉCTRICOS

INSTALAÇÕES FABRIS
CANAS DE SENHORIM



SERVIÇOS AGRONÓMICOS
LARGO DE S. CARLOS, 4-2.º
LISBOA — TELFF. 368989



Nas Vinhas e Pomares ———>
BUNGARTZ



<—— *Na Lavoura*
BUNGARTZ



<—— *Nos Transportes*
BUNGARTZ
(ISENTO DE CARTA)

3989

NÃO HÁ MAIS EFICIENTE
NÃO HÁ MAIS ROBUSTO
Motocultivadores Diesel de 7 e 13 HP.



RAMO AGRICOLA DA

Agência Comercial de Anilinas, Lda.

Avenida Rodrigues de Freitas, 68

PORTO

Telefs. 55161-2-3